

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**O DESEMPENHO GERENCIAL NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO
FLORESTAL EM UMA EMPRESA MADEIREIRA NO ESTADO DO
AMAZONAS: ESTUDO DE CASO.**

JAIANDRA DA SILVA GUIMARÃES

Manaus

2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

JAIANDRA DA SILVA GUIMARÃES

**O DESEMPENHO GERENCIAL NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO
FLORESTAL EM UMA EMPRESA MADEIREIRA NO ESTADO DO
AMAZONAS: ESTUDO DE CASO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência do Ambiente, na Área de Política e Gestão Ambiental .

Orientador: Prof. Dr. Neliton Marques da Silva

Manaus

2005

JAIANDRA DA SILVA GUIMARÃES

**O DESEMPENHO GERENCIAL NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO
FLORESTAL EM UMA EMPRESA MADEIREIRA NO ESTADO DO
AMAZONAS: ESTUDO DE CASO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência do Ambiente, na Área de Política e Gestão Ambiental.

APROVADO EM, 03 DE NOVEMBRO DE 2005

BANCA EXAMINADORA

NELITON MARQUES DA SILVA(PRESIDENTE/UFAM)

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DO RODRIGUES CHAVES(UFAM)

LÍGIA FONSECA HEYER(UEA)

| | |
|-------|---|
| G963d | <p data-bbox="639 1328 1450 1547">Guimarães, Jaiandra da Silva O desempenho gerencial no processo de certificação florestal em uma empresa madeireira no estado do Amazonas: estudo de caso / Jaiandra da Silva Guimarães; orientador Neliton Marques da Silva.- Manaus: UFAM, 2005.</p> <p data-bbox="639 1585 879 1619">83 p. : il. ; 30 cm</p> <p data-bbox="639 1657 975 1691">Dissertação (Mestrado)</p> <p data-bbox="639 1729 1450 1841">3. Certificação Florestal 2. Processo de Certificação Desempenho Gerencial 4. Manejo Florestal I. Silva, Neliton Marques da II. Título</p> <p data-bbox="1106 1879 1450 1912">CDU 674(811.3)(043.3)</p> |
|-------|---|

DEDICATÓRIA

Ao Senhor Deus, meus pais Jaime e Sandra, meu amado esposo Marcos e ao amigo orientador Neliton Marques pelo apoio e incentivo para a concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus pelas bênçãos e entusiasmo;

A meu orientador pelo esforço e acompanhamento;

Aos meus pais pelo apoio;

Ao meu querido esposo pela dedicação constante;

Aos saudosos colegas da instituição pela ajuda e incentivo;

A Universidade Federal do Amazonas pela oportunidade de desenvolvimento
intelectual;

Centro de Ciências do Ambiente – CCA pela vaga no curso;

A Fundação de Amparo e Apoio a Pesquisa - FAPEAM pela concessão da bolsa de
estudo.

AGRADEÇO

RESUMO

O objetivo deste projeto consistiu em analisar a atuação gerencial da empresa Gethal Amazonas S. A, uma organização florestal, para averiguar seu desempenho quanto ao cumprimento das condicionantes para o sistema de Certificação Florestal. A pesquisa apresenta caráter exploratório, com avaliação dos dados de maneira realista e sistemática, e caráter fenomenológico, relacionado à intuição intelectual, estando presente à consciência do participante do processo, sendo assim, o método qualitativo considerado o mais adequado nessa abordagem. As técnicas utilizadas foram pesquisa documental e entrevistas com aplicação de questionários. A Gethal sofre um momento de adaptações, encontrando assim, grandes dificuldades para realização das condições impostas. O processo requer todo um planejamento financeiro e pessoal, tendo em vista, demandar altos custos, necessitar da atuação ativa dos agentes envolvidos, envolverem estudos complexos exigindo profissionais específicos e parcerias. O desempenho gerencial tem contribuído para o uso mais sustentável dos recursos naturais, madeireiros e não madeireiros, no entanto, como a empresa já executa o processo de certificação há 04 (quatro) anos observa-se que às disfunções encontradas pela certificadora já deveriam ter alcançado um nível de minimização mais significativo que permitissem modificações concretas. A dificuldade em responder efetivamente as condicionantes impostas reside: na necessidade de um empenho mais intenso no sentido de envolver satisfatoriamente todos os públicos em questão com o processo da empresa, na carência de estratégias que mensure o entendimento dos públicos sobre o que é e qual a importância da Certificação, na ausência de um diagnóstico sócio participativo que saía da esfera da superficialidade e nas influências do faturamento da empresa, como flutuação do dólar, barreiras impostas por órgãos ambientais e o próprio mercado europeu que exige a marca CE (Comércio Europeu). A empresa precisa buscar maior efetividade gerencial a fim de responder satisfatoriamente as condicionantes para o bom manejo florestal.

Palavras chave: Manejo Florestal, Certificação Florestal e Desempenho Gerencial.

ABSTRACTS

The objective of this project consisted of analyzing the managerial performance of the company *Gethal Amazonas S.A.* a forest organization, to discover your acting with relationship to the execution of the conditions for the system of Forest Certification. The research presents exploratory character, with evaluation of the data in a realistic and systematic way, and character phenomenological, related to the intellectual intuition, being present to the participant's of the process conscience, being like this, the considered qualitative method the most appropriate in that approach. The used techniques were documental research and glimpses with application of questionnaires. Gethal suffers a moment of adaptations, finding like this, great difficulties for accomplishment of the conditions imposed. The process request an entire financial and personal planning, tends in view, to demand high costs, to need of the performance activates of the involved agents, to involve complex studies demanding specific professionals and partnerships. The managerial acting has been contributing to the most maintainable use of the natural resources, lumbermen and non lumbermen, however, as the company it already executes the certification process there are 04 (four) years it is observed that found by the certification agency to the dysfunctions they should already have reached a significant level of minimizing more than they allowed concrete modifications. The difficulty in answering the imposed conditions for the system indeed resides: in the need of a more intense pledge in the sense of involving all the public's satisfactorily in subject with the process of the company, in the lack of strategies that measure the publics' understanding on what is and which the importance of the Certification, in the absence of a diagnosis partner participative that left the sphere of the superficiality and in the influences of the revenue of the company, as flotation of the dollar, barriers imposed by environmental organs and the own European market that it demands the mark CE (European Trade). the company needs to look for larger kindred managerial effectiveness of answering the conditions for the system satisfactorily for the good forest handling.

Words key: Forest management, Forest Certification and Performance management.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| DEDICATÓRIA..... | IV |
| AGRADECIMENTOS..... | V |
| RESUMO..... | VI |
| ABSTRACTS | VII |
| SUMÁRIO..... | VIII |
| LISTA DE QUADROS..... | X |
| | |
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 EIXO TEÓRICO-CONCEITUAL | 11 |
| 1.1.1 Desenvolvimento sustentável - conceito..... | 11 |
| 1.1.2 Sustentabilidade | 12 |
| 1.1.3 Biodiversidade Brasileira | 13 |
| 1.1.4 Recursos florestais | 14 |
| 1.1.4.1 Manejo Florestal..... | 15 |
| 1.1.5 Problemática do Setor Florestal..... | 16 |
| 1.1.6 Demanda Florestal | 18 |
| 1.1.7 Alternativas para as empresas da área ambiental..... | 19 |
| 1.2 UNIVERSO DE ANÁLISE | 20 |
| 1.2.1 O que é a Certificação Florestal | 20 |
| 1.2.2 O que é Certificado | 21 |
| 1.2.3 Vantagens Competitivas da Certificação Florestal | 21 |
| 1.2.4 Redes de Comércio Florestal Certificado | 22 |
| 1.2.5 Como funciona a Certificação Florestal | 23 |
| 1.2.6 Princípios e Critérios do FSC..... | 24 |
| 1.2.7 Certificação Florestal no Brasil | 37 |
| 1.2.8 Passos do Processo para Certificação de Florestas | 38 |
| 1.2.9 Passos do Processo para Certificação de Produtos..... | 39 |

| | | |
|----------|--|-----------|
| 2 | OBJETIVOS | 43 |
| 2.1 | GERAL | 43 |
| 2.2 | ESPECÍFICO | 43 |
| 3 | METODOLOGIA | 44 |
| 3.1 | SELEÇÃO DA EMPRESA CASO | 44 |
| 3.2 | VARIÁVEIS DE DISCUSSÃO | 45 |
| 3.2.1 | Adoção do sistema de certificação florestal | 45 |
| 3.2.2 | Internalização do processo de certificação | 46 |
| 3.2.3 | Impactos intra e interorganizacionais | 46 |
| 3.3 | COLETA DOS DADOS | 46 |
| 3.4 | ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE DADOS | 47 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 48 |
| 4.1 | HISTÓRICO DA EMPRESA | 48 |
| 4.2 | SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA-ORGANIZACIONAL | 50 |
| 4.3 | DESEMPENHO OPERACIONAL | 50 |
| 4.4 | ASPECTOS LEGAIS | 51 |
| 4.5 | O MERCADO | 52 |
| 4.5.1 | Espécies e Produtos | 52 |
| 4.6 | HISTÓRICO DA CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA GETHAL | 54 |
| 4.7 | ANÁLISE DO PROCESSO DE ADOÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL ... | 55 |
| 4.8 | CONDICIONANTES APLICADAS NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE CUNHO GERENCIAL. | 56 |
| 4.8.1 | Classificação das condicionantes gerenciais por variáveis de estudo. | 57 |
| 4.8.1.1 | Sistema de Certificação | 57 |
| 4.8.1.2 | Impactos intraorganizacionais e interorganizacionais | 61 |
| 4.8.1.3 | Internalização do sistema de certificação | 66 |
| 4.9 | DILEMAS DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO | 67 |
| 4.9.1 | Status Ações Corretivas 2001 | 69 |
| 4.9.2 | Status Ações Corretivas 2002 | 71 |
| 5 | CONCLUSÕES | 72 |
| 5.1 | BENEFÍCIOS COM A CERTIFICAÇÃO | 75 |
| 6 | BIBLIOGRAFIA | 76 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| QUADRO- 1 – CONDICIONANTES DE FOCO GERENCIAL | 58 |
| QUADRO- 2 – CONDICIONANTES DE FOCO NOS IMPACTOS INTRA E INTERORGANIZACIONAIS | 61 |
| QUADRO- 3 – CONDICIONANTES COM FOCO DE INTERNALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO | 66 |
| QUADRO- 4 – CARs 2001 | 69 |
| QUADRO- 5 – CARs 2001 | 71 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 EIXO TEÓRICO-CONCEITUAL

1.1.1 Desenvolvimento sustentável - conceito

Durante anos a preocupação empresarial refletia-se unicamente sobre a eficiência do processo produtivo, período situado até os anos 60, evidenciado pela noção de recursos e mercados ilimitados. Não demorou a se constatar que tal noção apresentava altos traços de equívoco, tendo em vista, que o contexto organizacional tornava-se a cada dia mais complexo. Entre os elementos componentes da reviravolta no diferente modo de pensar e agir da sociedade estava a *consciência ecológica*.

Um conceito de desenvolvimento sustentável apresentado em 1987, pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas traz – “aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias”– que, mais que um conceito, transmitia o desejo de mudança de paradigma para um estilo de desenvolvimento que não se mostrasse excludente socialmente e danoso ao meio ambiente (MMA, 2000).

Desenvolvimento sustentável deve, portanto, significar desenvolvimento social e econômico estável, equilibrado, com mecanismos de distribuição das riquezas geradas e com capacidade de considerar a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempo próprias e específicas dos recursos naturais.

Viabilizar esse conceito na prática implica mudança de comportamento pessoal e social, além de transformações nos processos de produção e de consumo. Para tanto, faz-se necessário o desencadeamento de um processo de discussão e

comprometimento de toda a sociedade. Essas características tornam, ainda hoje, o desenvolvimento sustentável um processo a ser ainda implementado.

1.1.2 Sustentabilidade

A Sustentabilidade pode-se ser apresentada em vários seguimentos sendo:

Sustentabilidade ecológica – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques de capital natural, incorporados às atividades produtivas.

Sustentabilidade ambiental – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.

Sustentabilidade social – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de exclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.

Sustentabilidade política – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.

Sustentabilidade econômica – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macrossociais.

Não obstante essas conceituações, que estarão permeando os diferentes segmentos do presente trabalho, a temática abordada conduz a uma inequívoca tendência de privilegiar as dimensões ecológica e ambiental da sustentabilidade.

1.1.3 Biodiversidade Brasileira

O Brasil é considerado um dos países detentores de megadiversidade biológica. Abrigamos cerca de 10% a 20% do número de espécies conhecidas pela ciência, principalmente nas suas extensas florestas tropicais úmidas, que, por sua vez, representam cerca de 30% das florestas desse tipo no mundo.

A questão central da conservação da biodiversidade e seu uso sustentável estão no desafio de implementar meios de gestão ou manejo que garantam a continuidade de espécies, formas genéticas e ecossistemas. A realidade tem mostrado que, quando os meios de ação são bem manejados, podem, de fato, servir como ferramenta para a conservação da natureza.

O impacto que têm sofrido os biomas brasileiros decorre do processo de ocupação antrópica dos espaços nacionais, onde práticas econômicas e sociais arcaicas se têm perpetuado. Muitas dessas práticas incluem a premissa de que os recursos naturais são inesgotáveis e que, portanto, não se justificam iniciativas de preservação ou conservação cujo efeito imediato resulta em aumento dos custos de exploração.

Esses impactos podem ser avaliados pelo que ocorreu na Mata Atlântica, hoje reduzida a menos de 10% de sua área original. No entanto, nos últimos anos, esses impactos têm sido mais sentidos na Amazônia e no Cerrado.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação constitui-se em um dos principais instrumentos de conservação da biodiversidade. O SNUC estabelece diversos tipos de unidades de conservação, segundo diferentes categorias de manejo, cujo objetivo é reduzir os riscos de empobrecimento genético do país, resguardando o maior número possível de espécies animais e vegetais.

A porcentagem protegida do país, embora tenha crescido bastante nas últimas décadas, deixa muito a desejar, qualquer que seja o critério de análise usado. A

meta de 10% da extensão territorial do país, somente para unidades de conservação de uso indireto, que hoje alcançam cerca de 3% de nossa extensão territorial, está longe de ser atingida.

As UCs apresentam problemas dos mais diversos, que vão desde a questão de regularização fundiária até a ausência de pessoal capacitado.

Os recursos financeiros destinados às desapropriações dessas áreas estão cada vez mais escassos, impossibilitando a regularização fundiária e exigindo formas de engajamento das populações locais para a implantação do manejo dessas unidades.

1.1.4 Recursos florestais

A ocupação das terras florestadas pelo homem – seja para uso dos recursos florestais ou para sua transformação em áreas de produção de alimentos – tem sido característica marcante do crescimento econômico do país.

O desmatamento resulta de fatores econômicos e sociais e da fragilidade institucional de fazer cumprir a norma legal. Entre estes, destacam-se: a distribuição fundiária e os baixos níveis de produtividade agrícola nas áreas de fronteira; a distribuição da renda nacional, também altamente concentrada, ocasionando uma imensa oferta de mão-de-obra de baixa renda disposta a encontrar trabalho em áreas de fronteira de ocupação; um sistema fiscal e creditício para as atividades agrícolas que desconsidera as características agroecológicas do solo e o emprego de práticas de manejo sustentável; a titularidade da terra pautada no uso, isto é, baseada na área convertida para agropecuária, e, portanto, permitindo a legalização do desmatamento; o alto valor da madeira nas áreas de fronteira que faz com que as atividades madeireiras desempenhem um papel importante no financiamento do desmatamento; os programas setoriais de desenvolvimento que, muitas vezes, estimulam a ação antrópica não-sustentável sobre os recursos florestais; e os

programas de reforma agrária desenvolvidos pelo MEPF, que têm contribuído significativamente para o desmatamento de áreas florestadas.

A atividade florestal concorre em espaço físico com as atividades agropecuárias, e, em virtude das características de longo prazo e da baixa rentabilidade dessa atividade, as florestas têm sido convertidas em áreas de agricultura e pecuária.

Anualmente, mais de 30 milhões de metros cúbicos de toras de madeira são extraídos da floresta amazônica, para fins de processamento nas serrarias e nas fábricas de laminado/compensado que totalizam cerca de 2.600 indústrias na região.

Exceto raros projetos inovadores, essa matéria-prima vem sendo explorada dentro da mesma forma e postura que existia na época do descobrimento do Brasil. As modificações foram melhorias tecnológicas para diminuir o esforço físico do ser humano na derrubada e no transporte da madeira.

Os impactos ambientais diretos mais importantes da exploração de madeira resultam tanto do efeito da redução da cobertura florestal como dos impactos físicos das operações de instalação, corte e transporte dos produtos obtidos.

1.1.4.1 Manejo Florestal

Com relação às práticas de manejo sustentável da extração de madeira, deve-se registrar que, apesar de já estarem regulamentadas, não foram bem-sucedidas por causa da grande oferta de madeira oriunda da expansão agrícola e da ausência (ou impossibilidade) de fiscalização em áreas de grandes dimensões.

As controvérsias quanto ao sucesso do manejo florestal no Brasil são de ordem econômica (pressão de mercado, estabelecimento de taxas de exploração muito baixas); de ordem institucional (conversão de áreas naturais de florestas em áreas de produção agropecuária, investimentos e créditos públicos beneficiam atividades concorrentes, não-eficácia na concessão de áreas florestais públicas para produção de madeira); e de ordem social (falta de pessoal técnico e de trabalhadores bem

treinados, falta de participação das populações locais no estabelecimento de políticas florestais, pressão demográfica).

Apesar dessas controvérsias, o manejo sustentado de florestas tropicais é possível, desde que haja planejamento adequado e controles rígidos do plano de manejo, além de créditos e eficácia institucionais.

Uma das formas de garantir a produção contínua de espécies como o mogno na Amazônia brasileira é a adoção de técnicas de manejo sustentável e de programa de pesquisa que enfoque todos os aspectos da silvicultura, do manejo, da conservação e da tecnologia de utilização dos produtos da espécie.

Além disso, deve-se incentivar o estudo de utilização de espécies ainda não comercialmente exploradas. A diversidade de espécies na Amazônia é imensa e, atualmente, conhecem-se poucas espécies com uso comercial.

1.1.5 Problemática do Setor Florestal

Ao longo das duas últimas décadas, a contribuição da Amazônia na produção madeireira total do Brasil aumentou de 14% para 85%. A região forneceu quase 29 milhões de m³ de toras em 1997 (Veríssimo e Lima, 1998). De acordo com dados oficiais, 80 % dessa exploração é ilegal (SAE, 1997 apud Cotton e Romine, 1999). Mas, mesmo a maioria da extração considerada “legal” é altamente destrutiva e o uso de tecnologia obsoleta resulta em enorme perda de matéria-prima durante o processo produtivo. Em média, apenas 1/3 da madeira extraída é transformada em produtos finais (Uhl *et al*, 1997).

Nesse contexto, o impacto das companhias madeireiras brasileiras – que são, em sua maioria, pequenas e tecnologicamente ultrapassadas – tem sido significativamente ampliado pela chegada de novos atores. Exauridos os estoques do Sudeste Asiático e da África Central (Douglas & Blaser, 1998), a Amazônia

Brasileira se tornou o alvo da indústria madeireira multinacional: será a principal fonte de madeira tropical nas próximas décadas (SAE, 1997).

Mesmo a extração seletiva de árvores de elevado valor comercial afeta diretamente a estrutura florestal e a composição do ecossistema. Efeitos indiretos como a construção de estradas e/ou a abertura de clareiras em propriedades privadas (Veríssimo *et al*, 1997; 1998; WRI, 1997) quase inevitavelmente expõem as florestas às conseqüências destrutivas da coleta de madeira para combustível e limpeza de área para fins agrícolas (Ape Alliance, 1998; CGIAR, 1996, apud Cotton e Romine, 1999). Um recente relatório sobre desflorestamento tropical da European Commission's Joint Research Centre (TREES, 1998, apud Cotton e Romine, 1999) revelou que, dos 110 focos de desmatamentos identificados no Sudeste Asiático, África e América do Sul, em pelo menos 61% deles a destruição é conseqüência direta ou indireta da extração de madeira. Na Amazônia, o relatório do Greenpeace de 1999 (Cotton e Romine, 1999), indica que 72 % dos focos estão relacionados à indústria madeireira.

Grande parte da extração na região permanece nas mãos de pequenos e médios madeireiros com pouco capital (Greenpeace/Barreto *et al* 1998). Mesmo assim, suas atividades em busca do mogno levaram à abertura de 3 mil km de estradas somente no Pará (Veríssimo *et al*, 1995). Como agravante, existem problemas associados às distâncias das áreas de extração, à fraca presença do IBAMA e à uma complexa cadeia de custódia no corte, remoção e transporte das toras. Esses fatores favoreceram a predominância de práticas irregulares - como a exploração florestal sem manejo adequado, a desonestidade na fiscalização, o corte de espécies protegidas por lei e a invasão de áreas protegidas e terras indígenas.

Esses problemas atingiram tal proporção que, de acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, aproximadamente 80% da madeira extraída na Amazônia

são ilegais (SAE, 1997). Em princípio, as florestas podem ser exploradas legalmente através de planos de manejo florestal ou autorizações de desmatamento. Porém, é importante ressaltar que a SAE (1997) concluiu que a maioria dos planos de manejo florestal existentes não resultam em produção de madeira, mas servem “apenas para satisfazer exigências legais”. Já o IMAZON estima que 90% dos desmatamentos na região são feitos sem autorização oficial.

Qualquer que seja a origem da madeira, o principal instrumento utilizado pelo Ibama para o controle da exploração é a ATPF (Autorização para Transporte de Produtos Florestais). Entretanto, um volume significativo de toras ilegais é extraído e “legalizado”, já que ATPFs fraudulentas são facilmente adquiridas (Cotton e Romine, 1999).

1.1.6 Demanda Florestal

Durante os últimos anos, madeireiras e interesses financeiros estrangeiros têm sido atraídos para a Floresta Amazônica devido ao incrível volume de madeira comercial ali concentrado – em torno de 60 bilhões de m³ (Veríssimo e Barros, 1996 apud Cotton e Romine, 1999). A invasão inicial de algumas megamadeireiras asiáticas como a Rimbunan Hijau e a WTK (Greenpeace/Toni, 1997) causou forte reação do Greenpeace e de outras ONGs, o que alertou a opinião pública e deflagrou uma recente investigação do Congresso Nacional Brasileiro sobre as CMMs (Viana, 1998).

Como resposta à preocupação do mundo quanto ao mau uso e agressões aos recursos naturais com o notório medo à escassez, seja, em termos de sobrevivência ou comercial; as organizações perante o seu novo caráter de instituição sociopolítica passaram obedecer a exigências ambientais afim de não gerar contingenciamento em suas negociações. Entretanto, ao longo dos anos surgiram novas críticas e coação a várias empresas, em especial às madeireiras onde suas atividades quando

realizadas fora de parâmetros sustentáveis produzem impactos muito destrutivos ao meio ambiente.

Segundo Sobral *et al* 2002, no Brasil, como no restante dos trópicos as florestas têm sido ameaçadas pelo uso madeireiro predatório, por incêndios e pela expansão da agropecuária. Nas últimas três décadas, a Amazônia, a maior de todas as florestas tropicais perdeu quase 600 mil/Km² – equivalente ao território da região sul do Brasil.

1.1.7 Alternativas para as empresas da área ambiental

A problemática mundial ambiental tem expressado grande preocupação quanto a um monitoramento mais rígido dos recursos naturais, de um lado a sociedade civil organizada através de movimentos reivindicatórios e de outro as empresas com a necessidade de mostrar uma imagem ecologicamente correta, pois, a sociedade passou a exigir uma postura das organizações frente a questões de cunho político-social.

Nas últimas décadas tem ocorrido uma mudança muito grande no ambiente em que as empresas operam: as empresas que eram vistas apenas como instituições econômicas, com responsabilidades referentes a resolver problemas econômicos fundamentais, têm presenciado o surgimento de novos papéis que devem ser desempenhados, como resultado das alterações no ambiente em que operam. (Donaire, 2000).

Como resposta à preocupação do mundo quanto ao mau uso e agressões aos recursos naturais com o notório medo à escassez, seja, em termos de sobrevivência ou comercial; as organizações perante o seu novo caráter de instituição sociopolítica passaram obedecer a exigências ambientais afim de não gerar contingenciamento em suas negociações. Entretanto, ao longo dos anos surgiram novas críticas e

coação a várias empresas, em especial às madeireiras onde suas atividades quando realizadas fora de parâmetros sustentáveis produzem impactos muito destrutivos ao meio ambiente. No sentido de contribuir para que seja comprovada seriedade no processo produtivo, a sociedade de vários países formando uma equipe multidisciplinar criou o FSC(Forest Stewardship Council) ou *Conselho de Manejo Florestal* que coordena a **Certificação Florestal**

Segundo Cotton e Romine, (1999), as operações madeireiras certificadas oferecem um importante avanço para a indústria madeireira na Amazônia. O Conselho de Manejo Florestal (FSC) é o sistema de certificação que atualmente promove as melhores práticas ambientais de extração madeireira. Até o momento, apenas duas empresas da região, a Mil Madeireira e a Gethal Amazonas S.A. são plenamente certificadas pelo FSC.

1.2 UNIVERSO DE ANÁLISE

A certificação de florestas tem se apresentado como uma ferramenta inovadora que assegura um Manejo Florestal reconhecido mundialmente, com atributos de monitoramentos que regula os princípios de desenvolvimento e a sustentabilidade da floresta.

1.2.1 O que é a Certificação Florestal

Certificação Florestal tem como fundamento a garantia dada ao consumidor de que determinado produto é originário de manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável. Ou seja, os produtos que têm o selo da certificação são aqueles produzidos com madeira de florestas certificadas

1.2.2 O que é Certificado

A certificação depende da iniciativa dos proprietários de áreas florestais, interessados em certificar suas florestas. A madeira, em forma de toras, dessas áreas, poderá ser vendida a terceiros com o selo da certificação. Já a indústria, a partir da comprovação da utilização de matéria prima certificada, poderá vender seus produtos (serrado, chapas, compensado, aglomerado, cabos de vassoura, móveis, carvão vegetal, entre outros) com o selo da certificação. A certificação do produto é chamada de “cadeia de custódia” e é solicitada pela indústria interessada.

1.2.3 Vantagens Competitivas da Certificação Florestal

São várias vantagens tais:

- Credibilidade da Empresa com consumidores e demais instituições/entidades relacionadas aos aspectos sociais e econômicos.
- Atendimento às novas exigências de mercado. A exigência começou a ser sentida pelos produtores de madeira em 1998. Nesse ano, a demanda de madeira certificada no mundo foi prevista em 9 milhões de metros cúbicos, mas não houve oferta suficiente para atendê-la. Atualmente os mercados se movimentam em busca de madeira certificada e a ampliação da rede de comércio certificado é uma realidade.
- Acesso a novos mercados. Observa-se que hoje já existem empreendimentos que têm como única finalidade a venda de matéria prima certificada para as indústrias do setor de madeiras.

- Diferenciação do produto, pela sua valorização no mercado. Nessa concepção, a certificação vem se tornando um fortíssimo instrumento do mercado mundial de madeiras.

1.2.4 Redes de Comércio Florestal Certificado

As denominadas Redes de Comércio Florestal Certificado envolvem hoje 13 Grupos de Compradores, abrangendo 17 países, entre eles Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Canadá, Bélgica, Austrália, Holanda, Áustria, Suécia, Suíça, Finlândia, Dinamarca, Noruega e Inglaterra. As empresas e instituições, participantes dos Grupos, se comprometem, a partir de uma determinada data, a comercializar ou utilizar em seus processos industriais, somente madeira certificada. Segundo o FSC, espera-se, para esse ano, a oficialização dos Grupos de Compradores também da França, Itália, Japão, África do Sul, Hong Kong, Taiwan (Formosa) e de países do Sudeste Asiático.

No Brasil, o Grupo foi lançado em abril de 2.000, e já conta 41 instituições e empresas ligadas às várias categorias. O Grupo de Compradores de Madeira Certificada no Brasil está estabelecendo a meta de, até o ano 2005, utilizar 100% de madeira de plantações certificadas e 50% da madeira proveniente de florestas nativas certificadas.

Algumas empresas e instituições brasileiras que compõem o Grupo:

Móveis e design: Móveis Rudnick; Ind. de Madeira Guilherme Butzke Ltda; Tropic-Art Artefatos de Madeira e Metais Ltda; Space Ind. Com. Móveis e Dec. Ltda; Universum do Brasil Indústria Moveleira Ltda; Rosemberg e Ring; Estúdio Capital Cultural; Etel Interiores; Julia Krantz; Básica Design; AIEurocentro

Projetos e Participações; OC Design Ltda; Studio Vero; Sindicato das Ind. da Mad. e Mobiliário de Brasília.

Construção civil e compensados: Gethal Amazonas; Cikel; Milenium Incorp. de Imóveis Ltda; Indústrias Pedro N. Pizzatto; Vimaden Projetos e Casas Ltda.

Indústria madeireira: Frederico Schütte Ltda; Mil Madeireira Itacoatiara Ltda; Cascol Indústria Madeireira.

Pisos, Portas e guarnições: Marinepar - Pisos, Portas e Guarnições; Indústria Madeireira Uliana Ltda; Indusparquet Indústria e Comércio de Madeira Ltda; Shallon Indústria Madeireira.

Rede Varejista : Tok Stok - Estok Comércio e Representações Ltda.

1.2.5 Como funciona a Certificação Florestal

A entidade reguladora da certificação florestal no mundo é o **FSC, Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council)**. O FSC é uma instituição internacional, sem fins lucrativos, com sede em Oaxaca, no México, constituída, em 1993, por representantes de organizações afins, como entidades ambientalistas, industriais da madeira e pesquisadores, com o objetivo do incentivo à promoção do manejo correto das florestas. É o responsável pelo desenvolvimento de princípios e critérios a serem atendidos para a obtenção da certificação, e também pelo credenciamento de certificadores no mundo.

Observe-se que o FSC não certifica; ele credencia certificadores e estes, por sua vez, através do desenvolvimento de padrões próprios e guias de campo para auditoria, emitem a certificação florestal com base no atendimento, pelo pretendente, dos princípios e critérios definidos pelo FSC (Ver item Princípios e Critérios do FSC.)

Ao redor do globo são as seguintes as entidades credenciadas para emitir a certificação florestal e o selo FSC:

| Programa | Entidades | Sede |
|-----------------------------|---|----------------|
| Smart Wood Program | Rainforest Alliance | Estados Unidos |
| Forest Conservation Program | SCS – Scientific Certification System, Inc. | Estados Unidos |
| Woodmark Program | Soil Association | Inglaterra |
| | Skal | Holanda |
| | IMO | Suíça |

Nessa estrutura, o FSC já certificou aproximadamente 16 milhões de hectares, em 30 países.

1.2.6 Princípios e Critérios do FSC

Princípio nº 1 – Obediência às Leis e aos Princípios do FSC

O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis ao país onde opera, os tratados internacionais e acordos assinados por este país, e obedecer a todos os princípios e critérios do FSC.

1. O manejo florestal deve respeitar todas as leis nacionais e locais, bem como as exigências administrativas.
2. Todos os encargos aplicáveis e legalmente requeridos como royalties, taxas, honorários e outros custos devem ser pagos.
3. Nos países signatários, devem ser respeitados todas as cláusulas e todos os acordos internacionais como o CITES (Convenção Internacional do Comércio da Fauna e Flora em Perigo de Extinção), a OIT (Organização Internacional de

Trabalho), o ITTA (Acordo Internacional Sobre Madeiras Tropicais) e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

4 .Visando a certificação, os certificadores e as outras partes envolvidas ou afetadas devem avaliar, caso a caso, os conflitos que por ventura existam entre leis, regulamentação e os P&C do FSC.

5. As áreas de manejo florestal devem ser protegidas de extração ilegal, assentamentos e outras atividades não autorizadas.

6. Os responsáveis por áreas sob manejo florestal devem demonstrar um compromisso de longo prazo de adesão para com os P&C do FSC.

Princípio nº 2 – Direitos e responsabilidades de Posse e Uso

As posses de longo prazo e os direitos de uso da terra e dos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.

1. Deve ser provada clara evidência quanto aos direitos de uso dos recursos florestais da propriedade a longo prazo (por exemplo, títulos da terra, direitos tradicionais adquiridos ou contratos de arrendamento).
2. As comunidades locais com direitos legais ou tradicionais de posse ou uso da terra devem manter controle sobre as operações florestais, na extensão necessária para proteger seus direitos ou recursos, a menos que deleguem esse controle para outras pessoas ou entidades, de forma livre e consciente.
3. Devem ser adotados mecanismos apropriados para a resolução de disputas sobre reivindicações e direitos de uso da terra. As circunstâncias e a situação de quaisquer disputas pendentes serão explicitamente consideradas na avaliação da certificação. Disputas de magnitude substancial, envolvendo

um número significativo de interesses, normalmente irão desqualificar uma atividade para a certificação.

Princípio nº 3 – Direitos dos Povos Indígenas

Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos, devem ser reconhecidos e respeitados.

1. Os povos indígenas devem controlar as atividades de manejo florestal em suas terras e territórios, a menos que deleguem esse controle, de forma livre e consciente, a outras agências.
2. As atividades de manejo florestal não podem ameaçar ou diminuir, direta ou indiretamente, os recursos ou direitos de posse dos povos indígenas.
3. Os lugares de especial significado cultural, ecológico, econômico ou religioso para os povos indígenas devem ser claramente identificados em cooperação com esse povos, e reconhecidos e protegidos pelos responsáveis pelas áreas de manejo florestal.
4. Os povos indígenas devem ser recompensados pelo uso de seus conhecimentos tradicionais em relação ao uso de espécies florestais ou de sistemas de manejo aplicados às operações florestais. Essa recompensa deve ser formalmente acordada de forma livre e com o devido reconhecimento desses povos antes do início das operações florestais.

Princípio nº 4 – Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores

As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar, a longo prazo, o bem estar econômico e social dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.

1. Devem ser dadas às comunidades inseridas ou adjacentes às áreas de manejo florestal oportunidades de emprego, treinamento e outros serviços.
2. O manejo florestal deve alcançar ou exceder todas as leis aplicáveis e/ou regulamentações relacionadas à saúde e segurança de seus trabalhadores e seus familiares.
3. Devem ser garantidos os direitos dos trabalhadores de se organizarem e voluntariamente negociarem com seus empregadores, conforme descrito na Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
4. O planejamento e as operações de manejo devem incorporar os resultados das avaliações de impacto social. Devem ser mantidos processos de consulta com a população e grupos diretamente afetados pelas operações de manejo.
5. Devem ser adotados mecanismos apropriados para resolver queixas e providenciar compensação justa em caso de perdas ou danos que afetem os direitos legais e tradicionais, a propriedade, os recursos ou a subsistência da população local. Devem ser tomadas medidas para evitar tais perdas ou danos.

Princípio nº 5 – Benefícios da Floresta

As atividades de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente e otimizado dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande quantidade de benefícios ambientais e sociais.

1. O manejo florestal deve se esforçar rumo à viabilidade econômica, ao mesmo tempo que leva em conta todos os custos de produção de ordem ambiental, social e operacional da produção, e assegurar os investimentos necessários para a manutenção da produtividade ecológica da floresta.

2. O manejo florestal e as operações de comercialização devem estimular a otimização do uso e o processamento local da diversidade de produtos da floresta.

3. O manejo florestal terá que minimizar o desperdício associado às operações de exploração e de processamento e evitar danos a outros recursos florestais.

4. O manejo florestal deve se esforçar para fortalecer e diversificar a economia local, evitando a dependência de um único produto florestal.

5. O manejo florestal deve reconhecer, manter e, onde for apropriado, ampliar o valor de recursos e serviços florestais, tais como bacias hidrográficas e os recursos pesqueiros.

6. A taxa de exploração de recursos florestais não excederá aos níveis que possam ser permanentemente sustentados.

Princípio nº 6 – Impacto Ambiental

O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares. Dessa forma estará mantendo as funções ecológicas e a integridade das florestas.

1. A avaliação dos impactos ambientais será concluída – de acordo com a escala, a intensidade do manejo florestal e o caráter único dos recursos afetados – e adequadamente integrada aos sistemas de manejo. As avaliações devem incluir considerações em nível da paisagem, como também os impactos dos processos

realizados no local. Os impactos ambientais devem ser avaliados antes do início das atividades impactantes no local da operação.

2. Devem existir medidas para proteger as espécies raras, as ameaçadas e as em perigo de extinção, o mesmo para seus *habitats* (ex: ninhos e áreas onde se encontram seus alimentos). Devem ser estabelecidas zonas de proteção e conservação, de acordo com a escala e a intensidade do manejo florestal, e segundo a peculiaridade dos recursos relacionados. Atividades inapropriadas de caça e captura devem ser controladas.

3. As funções ecológicas vitais e os valores devem ser mantidos intactos, aumentando ou restaurando, incluindo:

- a regeneração e a sucessão natural das florestas;
- a diversidade genética, a diversidade das espécies e do ecossistema;
- os ciclos naturais que afetam a produtividade do ecossistema florestal.

4. As amostras representativas dos ecossistemas existentes dentro da paisagem natural devem ser protegidas em seu estado natural e plotadas em mapas, apropriadas à escala e à intensidade das atividades de manejo florestal e segundo peculiaridade dos recursos afetados.

5. Devem ser preparadas e implementadas orientações por escrito para: controlar a erosão; minimizar os danos à floresta durante a exploração, a construção de estradas e todos os outros distúrbios de ordem mecânica; e proteger os recursos hídricos.

6. Os sistemas de manejo devem promover o desenvolvimento e a adoção de métodos de controle não químicos e ambientalmente adequados de pragas e

esforçarem para evitar o uso de pesticidas químicos. São proibidos os pesticidas classificados pela Organização Mundial de Saúde (WHO) como tipo 1A a 1B e pesticidas à base de hidrocarbonetos clorados; pesticidas persistentes, tóxicos ou aqueles cujos derivados permanecem biologicamente ativos e são cumulativos na cadeia alimentar, além dos estágios para sua intenção de uso; e quaisquer outros pesticidas banidos por acordos internacionais. Se forem usados produtos químicos, deve ser providenciado o uso de equipamento e treinamento apropriado para a minimização de riscos para a saúde e o meio ambiente.

7. Os produtos químicos, vasilhames, resíduos não-orgânicos líquidos e sólidos, incluindo combustível e lubrificantes, devem ser descartados de forma ambientalmente apropriada, fora da área de floresta.

8. O uso de agentes de controle biológico deve ser documentado, minimizado, monitorado e criteriosamente controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos internacionalmente aceitos. É proibido o uso de organismo geneticamente modificado.

9. O uso das espécies exóticas deve ser cuidadosamente controlado e ativamente monitorado para evitar-se impactos ecológicos adversos.

10. A conversão florestal para plantações, ou uso não florestal do solo, não deve ocorrer, exceto em circunstâncias onde a conversão:

a. representa uma porção muito limitada da unidade de manejo florestal, e

b. não ocorre em áreas de florestas de alto valor de conservação, e

c. possibilitará benefícios de conservação claros, substanciais, adicionais, seguros e de longo prazo em toda a unidade de manejo florestal.

Princípio nº 7 – Plano de Manejo

Um plano de manejo – apropriado à escala e intensidade das operações propostas – deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo de manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser claramente definidos.

O plano de manejo e a documentação pertinente deve fornecer:

- a. os objetivos de manejo;
- b. a descrição dos recursos florestais a serem manejados, as limitações ambientais, uso da terra e a situação fundiária, as condições sócio-econômicas e um perfil das áreas adjacentes;
- c. a descrição dos sistemas silvicultural e/ou de manejo, baseado nas características ecológicas da floresta em questão e informações coletadas por meio de inventários florestais;
- d . a justificativa para as taxas anuais de exploração e para a seleção de espécies;
- e.os mecanismos para o monitoramento do crescimento e da dinâmica da floresta;
- f. as salvaguardas ambientais baseadas em avaliações ambientais;
- g. plano para a identificação e proteção para as espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção;
- h. mapas descrevendo a base de recursos florestais, incluindo áreas protegidas, as atividades de manejo planejadas e a situação legal das terras;

i. descrição e justificativas das técnicas de exploração escolhidas e dos equipamentos a serem utilizados.

O plano de manejo deverá ser revisado periodicamente para incorporar os resultados do monitoramento ou novas informações científicas ou técnicas, como também para responder às mudanças nas circunstâncias ambientais, sociais e econômicas.

1. Os trabalhadores florestais devem receber treinamento e supervisão para assegurar a implementação correta dos planos de manejo.

2. Mesmo respeitando confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem tornar disponível ao público um resumo dos elementos básicos ao plano de manejo, incluindo aqueles listados no critério 7.1.

Princípio nº 8 – Monitoramento e Avaliação

O monitoramento deve ser conduzido – apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal - para que sejam avaliados as condições da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.

1. A frequência e a intensidade de monitoramento devem ser determinadas pela escala e intensidade da operação de manejo florestal, como também pela relativa complexidade e fragilidade do ambiente afetado. Os procedimentos de monitoramento devem ser consistentes e reaplicáveis ao longo do tempo para permitirem a comparação de resultados e a avaliação de mudanças.

2. As atividades de manejo devem incluir a pesquisa e a coleta de dados necessários para monitorar, no mínimo possível, os seguintes indicadores:

- a. o rendimento de todos os produtos explorados;
 - b. as taxas de crescimento, regeneração e condições da floresta;
 - c. a composição e as mudanças observadas na flora e na fauna;
 - d. os impactos sociais e ambientais da exploração de outras operações;
 - e. os custos, a produtividade e a eficiência do manejo florestal.
4. O responsável pelo manejo florestal deve produzir a documentação necessária para que as organizações de monitoramento e certificação possam rastrear cada produto da floresta desde a sua origem. Este processo é conhecido como "a cadeia de custódia".
5. Os resultados do monitoramento devem ser incorporados na implementação e na revisão do plano de manejo.
6. Mesmo respeitando a confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem colocar publicamente disponível um resumo dos resultados dos indicadores do monitoramento, incluindo aqueles listados no critério 8.2.

Princípio nº9 – Manutenção de Florestas de Alto valor de Conservação

Atividades de manejo de florestas de alto valor de conservação devem manter ou incrementar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas a florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem de precaução.

1. Avaliação para determinar a presença de atributos coerentes com florestas de alto valor de conservação devem ser levadas a cabo apropriadamente de acordo com escala e intensidade de manejo.
2. A parte consultiva do processo de certificação precisa dar ênfase aos atributos de conservação identificados e opções para a sua manutenção .
3. O plano de manejo deve incluir e implementar medidas específicas que assegurem a manutenção e ou incrementem os atributos de conservação apropriados coerentes com a abordagem de precaução. Estas medidas devem ser especificadamente incluídas no resumo do plano de manejo disponível ao público.
4. Monitoramento anual deve ser conduzido para verificar a eficácia das medidas empregadas para manter ou incrementar os atributos de conservação apropriados.

Princípio nº10 – Plantações

As plantações florestais devem ser planejadas de acordo com os princípios de 1 a 9, o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, elas devem completar o manejo, reduzir as pressões e promover a restauração e conservação das florestas naturais.

1. Os objetivos do manejo de plantações, incluindo os objetivos de conservação e restauração da floresta natural, deverão estar explícitos no plano de manejo e claramente demonstrados na implementação do plano.

2. O desenho e a disposição física das plantações devem promover a proteção, a restauração e a conservação de florestas naturais, e não aumentar as crescentes pressões sobre as mesmas. Corredores para preservação da vida silvestre, matas ciliares e um mosaico de talhões de diferentes idades e período de rotação deverão ser considerados no traçado da plantação, consistentes com a escala de operação. A escala e a disposição dos talhões dos plantios deverão ser conformes com os padrões da floresta natural da região encontrados na paisagem natural.

3. É preferível a diversidade na composição das plantações a fim de intensificar a estabilidade econômica, ecológica e social. Esta diversidade pode incluir o tamanho e a distribuição espacial das unidades de manejo na paisagem natural, o número e a composição genética das espécies, as classes de idade e as estruturas.

4. A seleção das espécies para as plantações de árvores deve estar baseada na total adequação das espécies ao local e sua conformidade aos objetivos do plano de manejo. Visando garantir a conservação da diversidade biológica, as espécies nativas são preferíveis às exóticas no estabelecimento de plantações e na recomposição de ecossistemas degradados. As espécies exóticas, que deverão ser usadas apenas quando o seu desempenho for melhor do que o das espécies nativas, deverão ser cuidadosamente monitoradas para detectar taxas anormais de mortalidade, doenças, ou aumento da população de insetos e impactos ecológicos adversos.

5. Uma proporção da área total de manejo florestal, apropriada à escala de plantação e a ser determinada nos padrões regionais, deverá ser manejada a fim de restaurar o local à cobertura florestal natural.

6. Devem ser tomadas medidas para manter ou melhorar a estrutura, a fertilidade e a atividade do solo. As técnicas e taxas de exploração florestal, construção e manutenção de estradas e trilhas de arraste, e a escolha de espécies não podem resultar na degradação do solo a longo prazo nem impactos adversos na quantidade da água, ou ainda em alterações significativas dos padrões dos cursos de drenagem dos riachos.

7. Devem ser tomadas medidas para prevenir e minimizar o aparecimento de pragas, doenças, ocorrências de incêndio e a introdução de plantas colonizadoras. O manejo integrado de pragas deve constituir uma parte essencial do plano de manejo, com principal ênfase em prevenção e em métodos de controle biológico em lugar de pesticidas e fertilizantes químicos. O planejamento das plantações deve fazer todo o possível para afastar-se do uso de pesticidas e fertilizantes químicos, inclusive seu uso em viveiros. O uso de agentes químicos é também abordado nos Critérios 6.6 e 6.7.

8. Complementando os elementos definidos nos Princípios 8, 6 e 4, o monitoramento de plantações, apropriado à escala e à diversidade da operação, deve incluir avaliação regular quanto aos potenciais impactos sociais e ecológicos dentro ou fora da área de plantação (por exemplo, a regeneração natural, os efeitos sobre os recursos hídricos e sobre a fertilidade do solo, e impacto na saúde e no bem-estar social locais). Nenhuma espécie deve ser plantada em larga escala até que ensaios e experimentos em nível local tenham demonstrado que a espécie esteja ecologicamente bem adaptada à área de plantio, não sendo colonizadora e não apresentando impactos ecológicos negativos significativos sobre outros ecossistemas. Atenção especial será dada

às questões sociais de aquisição de terra para plantações, especialmente quanto à proteção de direitos locais de propriedade, uso ou acesso.

9. As plantações estabelecidas em áreas convertidas de florestas naturais após novembro de 1994 normalmente não podem ser qualificadas para a certificação. A certificação pode ser permitida em circunstâncias em que evidências suficientes são submetidas ao certificador de que o manejador/proprietário não é responsável direta ou indiretamente por tal conversão.

1.2.7 Certificação Florestal no Brasil

Adicionalmente aos princípios gerais, o FSC recomenda que cada país ou região desenvolva padrões e indicadores adequados para a realidade local.

Assim, desde 1995 um grupo de trabalho, denominado de Grupo de Trabalho FSC Brasil, vem trabalhando no desenvolvimento de padrões locais e específicos para cada tipo de floresta brasileira, plantada ou natural.

Embora ainda não operacional, mas que deve ser lembrado, é o CERFLOR, uma iniciativa brasileira para a certificação florestal. Iniciado, em 1.993, pela SBS - Sociedade Brasileira de Silvicultura, o CERFLOR, atualmente, encontra-se em fase de discussão e definição final de princípios e indicadores para o manejo florestal sustentado, sob a coordenação da ABNT.

Total certificado no Brasil: 668.013 hectares, sendo 80. 571 hectares de floresta nativa, e o restante, 587.442 ha, de plantações florestais, observando-se que outras áreas encontram-se atualmente em processo de certificação.

1.2.8 Passos do Processo para Certificação de Florestas

A obtenção **da certificação das florestas**, chamadas de unidades de manejo, envolve:

Primeira Etapa

a. Efetivar diagnóstico

b. Formular e executar um plano de ação

A Empresa pretendente deve inicialmente fazer um diagnóstico geral das suas atividades, analisando-as sob os fundamentos, critérios e princípios - P&C - do FSC. A partir desse diagnóstico, a Empresa visualizará, mais detalhadamente, quais as atividades que devem ser adequadas de forma a atender os P&C, traçando um plano de ação para alcance dos objetivos.

Resultado esperado dessa etapa: Essa primeira etapa prepara a Empresa para atendimento às exigências básicas da certificação, chamadas de pré - condições. Representa, na realidade, o esforço a ser desenvolvido pela empresa, juntamente com seu corpo técnico e consultores especializados, na implementação de medidas para o correto manejo de suas áreas. Os planos de manejo, de gestão ambiental, de gestão de informações gerenciais; os programas sociais, e de monitoramento dos recursos, a serem elaborados, servirão de guia para a adequação aos P&C.

Segunda Etapa

a. Pré-avaliação pela entidade certificadora: Uma vez atendidas as premissas básicas do bom manejo, a pretendente solicita à certificadora uma pré-avaliação, já com fins da certificação. Essa pré-avaliação é efetivada pela entidade

certificadora, através de equipe multidisciplinar, a qual analisará as atividades da Empresa com base nos P&C.

b. Adequações, se necessário: Se alguma atividade ainda não estiver totalmente enquadrada aos P&C, a entidade certificadora, através de relatório, comunicará à empresa a necessidade de adequá-la, estipulando um prazo para atendimento.

c. Avaliação final e certificação: Após decorrido o prazo estipulado para atendimento de todas as pré-condições, a certificadora fará a avaliação final já com vistas à emissão do Certificado.

1.2.9 Passos do Processo para Certificação de Produtos

A certificação de produtos pode considerar os tipos:

- Certificação dos produtos da indústria, considerando a totalidade da produção industrial proveniente de floresta certificada, chamada de “**Cadeia de Custódia Exclusiva**”
- Certificação dos produtos da indústria, considerando que somente parte da produção industrial será proveniente de floresta certificada, chamada de “**Cadeia de Custódia não Exclusiva**”
 - a. Sistemas de controle e manuseio de toras certificadas – Desenvolver e implementar
 - b. Sistema de controle do processo industrial do produto fabricado a partir de toras certificadas – Desenvolver e implementar
 - c. Sistema de identificação, estocagem e transporte dos produtos certificados – Desenvolver e implementar

De acordo com as Normas SmartWood para o Manejo Florestal de 2002 as equipes avaliadoras trabalham de forma consensual para chegar a um acordo sobre as conclusões da Certificação. Reuniões internas são realizadas durante todo o processo. Uma etapa crítica durante a análise é a identificação das *pré-condições, condições e recomendações*, que correspondem às exigências impostas e sugestões voluntárias a empresa no processo de certificação.

A Certificação representa uma inovação que já está tendo impactos nas florestas do mundo pôr prover um mercado incentivado com melhorias na administração; está crescentemente sendo vista como um dos mais rápidos e flexíveis programas de ação, não representa um regulamento, e sim, uma alternativa que garante o manejo dos setores da floresta dentro de uma linha de princípios de desenvolvimento sustentável.(WWF, 1996)

O objeto da Certificação não é a empresa como um todo e sim a Unidade de Manejo Florestal (Batmanian, 2000). Segundo Garlipp (1995) e FSC (1998), citados em Ângelo (1999a), ainda deve preencher os seguintes requisitos: ter credibilidade perante o público e usuários; ser clara quanto aos seus objetivos e operações; permitir acesso eqüitativo a todos os fornecedores/produtores interessados; ter reciprocidade e ser reconhecida internacionalmente; ter aplicação prática; oferecer benefícios, incentivar o melhoramento contínuo e promover a *sustentabilidade florestal*; estar adaptada e ser compatível com as realidades ecológicas, sociais, econômicas, culturais e legais de cada região.

Para Viana (2000), membro do FSC e um dos responsáveis pelas discussões iniciais da certificação no Brasil, alguns dos principais desafios para o desenvolvimento da certificação florestal no país são: a credibilidade e significância dos critérios e indicadores de sustentabilidade e a simplicidade de aplicação dos critérios, fugindo

da lógica do “quanto mais complicado, melhor”, bastante utilizado nas regulamentações oficiais.

No aspecto social a Certificação Florestal em uma organização deve ter como escopo envolver a necessidade de crescimento econômico para produzir o crescimento social, pois para ser sustentável precisa contribuir significativamente para superar pobreza. A saída para a sustentabilidade assume cruciais proporções quando confrontamos os dois desafios: degradação ambiental e empobrecimento rural. Em que o diferente acesso sobre os recursos consiste na abundância por alguns, com alto consumo e indevido uso, resultando em degradação ambiental e pobreza rural. Assim, é imprescindível a efetiva participação da população local como tomadores de decisão para criar um modelo de desenvolvimento sustentável de forma coletiva, sendo um produto de combinação, negociação e de consenso de interesse e objetivo distintos. A função da floresta para os distintos grupos sociais deve ser discutida e é preciso haver um equilíbrio com diferentes pesos.

A idéia principal da certificação é incentivar os agentes que exploram a floresta a utilizarem o Manejo Florestal Sustentável tendo como retorno possíveis benefícios econômicos. A sustentabilidade deve significar que a população local não degrada os recursos naturais, no mínimo não os torne escassos, de preferência sustente ou ainda contribua para a melhoria. (Gow, 1992).

Os benefícios econômicos quanto a Certificação podem ser prêmios na forma de preços mais altos que os normais de mercado ou ainda o incremento ou manutenção (não redução) de fatias de mercado, Segundo Johnson & Cabarle, citados em Viana et al., 1995, o fundamento da certificação seria tornar o manejo da floresta tropical mais atraente economicamente do que os outros possíveis usos da terra, tais como o manejo convencional da exploração madeireira ou mesmo a agricultura e pecuária.

Segundo Ângelo (2002) a nova situação de equilíbrio no mercado doméstico em relação à situação atual será de preços mais elevados e quantidades menores de produtos. O impacto da Certificação Florestal é positivo para a conservação/preservação da base florestal, reduz as quantidades colhidas, principalmente para os produtos mais elásticos, proporcionando maior tempo à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias sobre manejo florestal e gerando novas oportunidades para profissionais qualificados (certificadores).

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar o Plano de Gerencial da Industria de Madeira Compensada Gethal Amazonas S.A, no cumprimento das condicionantes de âmbito administrativo para o monitoramento de manutenção da Certificação Florestal na unidade florestal de Manicoré.

2.2 ESPECÍFICO

- ✘ Avaliar o desempenho da gerência administrativa no atendimento das condicionantes correlatas.

3 METODOLOGIA

O estudo de caso mostrou-se o mais adequado para este trabalho conforme Ramos (2005). De caráter exploratório com avaliação dos dados de maneira realista e sistemática, permite ampliar a familiaridade do pesquisador com o fenômeno objeto de investigação.

O estudo também apresentou caráter fenomenológico, relacionado à intuição intelectual, ou seja, o que estava claro diante o fenômeno, estando presente à consciência do participante do processo, refletindo numa análise do processo de adoção do sistema de certificação feita pela empresa, seus reflexos intra e interorganizacionais, o método qualitativo foi considerado mais adequado nessa abordagem (Yin 1994, *apud* Ramos 2005).

O tipo de objeto de estudo focalizado – um fenômeno organizacional – a compreensão das perspectivas dos agentes envolvidos, a visão global e a dinâmica associada às condições reais que os circunscrevem foram considerados na caracterização dos processos organizacionais da empresa.

3.1 SELEÇÃO DA EMPRESA CASO

O foco central do estudo foi direcionado para avaliação de uma empresa florestal que adota o sistema de certificação florestal no Amazonas.

De acordo com o eixo teórico-conceitual adotado e o universo de análise delimitado, o primeiro critério utilizado foi selecionar as empresas do segmento florestal no estado do Amazonas. Como segundo critério selecionou-se aquelas que adotam o selo verde e, como terceiro critério, a empresa estar em fase de reavaliação do processo de certificação.

3.2 VARIÁVEIS DE DISCUSSÃO

As variáveis do estudo em discussão são: adoção do sistema de certificação, a internalização deste sistema no âmbito gerencial e os impactos intraorganizacionais e interorganizacionais decorrentes deste processo.

3.2.1 Adoção do sistema de certificação florestal

A necessidade de mostrar a relação positiva para a sociedade envolvida com questões ambientais, motiva as empresas a adotarem diversos sistemas de monitoramento, tanto estas sendo de caráter obrigatório bem como voluntário.

Pelo fato de ser um sistema onde a decisão gerencial é fundamental para a implementação de todo o processo, no caso da certificação florestal sendo voluntária, a empresa não sente obrigada a aceitá-la, mas no momento que se estabelece na organização, é necessário atender os padrões de implementação e manutenção. Desta forma algumas indagações são apresentadas:

- ✚ A adoção do sistema de certificação florestal contribui para o aperfeiçoamento produtivo, tecnológico e organizacional num mercado competitivo em que a organização atua.
- ✚ A adoção do sistema de certificação florestal contribui no aprofundamento dos relacionamentos dos parceiros direto da cadeia produtiva.

A análise embora busque confirmar ou rejeitar essas hipóteses, reconhece a importância da influência de fatores intervenientes macro e micro ambientais e setoriais da organização, tais como o desempenho gerencial no cumprimento das condicionantes aplicadas de âmbito administrativo para a manutenção da certificação florestal.

3.2.2 Internalização do processo de certificação

No sistema de certificação há o envolvimento dos atores do ambiente organizacional, como a área gerencial e operacional, comunidade do entorno, fornecedores e principalmente compradores de produtos certificados em um sincronismo que permite a complementação de funções para a realização de todo o processo, mas, para que se possa garantir a melhoria contínua no desempenho deste, torna-se importante a internalização da filosofia da certificação florestal e a consciência de que os procedimentos e os padrões a serem seguidos e obedecidos realmente garantam a sustentabilidade, pois, caso contrário nenhuma ação seria necessária, tornando-se impossível à união de forças para a manutenção e monitoramento da certificação.

3.2.3 Impactos intra e interorganizacionais

Os impactos intraorganizacionais são variáveis dependentes onde foram investigadas as principais mudanças estratégicas gerenciais e operacionais da organização.

Quanto aos impactos interorganizacionais foram observadas as mudanças nos relacionamentos da empresa com os parceiros diretos, tais como: Ong's, Universidade Federal do Amazonas, comunidade do entorno, prefeitura, fornecedores, instituições estaduais e federais e arrecadadores do município de Manicoré e Itacoatiara.

3.3 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados foi feita através de entrevista, que consistiu no principal instrumento de obtenção de informações neste estudo de caso. Foram feitas entrevistas abertas e entrevista focada com aplicação de questionário para um

colaborador da área gerencial envolvido com o processo de certificação. O meio utilizado foi a Internet com retorno dos questionamentos de no máximo 5 dias, permitindo-se dessa forma o tempo necessário para o entrevistado responder as questões propostas. Uma desvantagem encontrada nesse processo de coleta é a interferências externas de pessoas e do ambiente organizacional e outros. Em algumas respostas apresentaram incongruência, onde foram esclarecidas mediante um “feedback” com o entrevistado.

Complementarmente realizou-se pesquisa documental através de vários relatórios da empresa, matérias em revistas, técnicas especializadas e estudos divulgados.

3.4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE DADOS

Somado as respostas que dependeram da percepção do entrevistado de seu contexto individual e setorial da empresa, os questionários foi inicialmente tabulados para a categorização dos resultados.

Finalizada a fase de investigação tornou-se necessária à organização dos dados, classificação e interpretação das informações obtidas e assim auxiliar a compreensão quanto à situação em questão.

As condicionantes aplicadas pela certificadora classificadas e delimitadas a três princípios: 1 - Obediência às leis e Princípios do FSC; 2 - Direito e Responsabilidade de Uso da Terra e 6 - Relação Comunitária e Direito dos Trabalhadores. Cada princípio apresentou vários critérios verificadores relacionados diretamente com o gerenciamento administrativo.

O argumento principal nessa análise é: se área gerencial não atuar de maneira satisfatória todo o processo estará comprometido nas suas ações que visa o manejo florestal sustentável.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre o conjunto de empresas que atenderam aos critérios citados para o objeto de estudo foi selecionada a empresa de razão social Gethal Amazonas S.A, situada na rua Ernesto Thalheimer, n 1412, no município de Itacoatiara – AM.

A empresa Gethal Amazonas do ramo florestal, certificada pelo sistema Forest Stewardship Council (FSC), tem sua unidade industrial instalada no município de Itacoatiara e, a floresta certificada no município de Manicoré-AM, empregando aproximadamente 520 colaboradores em Itacoatiara e 120 em Manicoré.

A empresa apresenta três áreas de florestas, com uma área de 40.862,60, que compõe o plano de Manejo Florestal Democracia na região do Rio Madeira: módulo democracia, mataurá e atininga.

4.1 HISTÓRICO DA EMPRESA

O Grupo Gethal foi fundado em Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, na década de 40 como produtor de compensados de madeira. De origem familiar, já possuía tradição madeireira na Alemanha, no Uruguai e em Israel. Quando a madeira começou a escassear na região de Caxias, a base florestal foi transferida para Lages, no estado de Santa Catarina. Na década de 70, com a madeira novamente em falta na região de Lages, a empresa começou a comprar toras no estado do Amazonas, enviadas de navio para o porto de São Francisco e de lá transportadas de caminhão para Lages.

Ao longo da década de 70, a empresa percebeu que seria mais interessante ao invés de mandar as toras para Lages, para então serem laminadas e remetidas para Caxias do Sul onde permanecia a fábrica de compensados, transferir os

equipamentos de laminação que estavam em Lages para o município de Itacoatiara no Amazonas. Em 1987, após um processo de compras de fábricas de compensados realizado ao longo da década de 80, a empresa fabricou sua primeira lâmina de compensado no Amazonas. Posteriormente, a Gethal transferiu também sua unidade de compensados de Caxias do Sul para Itacoatiara.

Com o aguçamento da crise econômica em meados de 1994 para as empresas exportadoras devido ao engessamento do câmbio e os crescentes custos internos em relação aos preços externos, a empresa entra numa série crise, que sofre alívios temporários com a injeção de capital familiar alemão. no período de crise só sobreviveu graças ao seu diferencial de produtos, diversos tipos de compensados vendidos tanto no mercado interno, quanto no externo. A empresa foi colocada em disponibilidade pela família proprietária naquele momento, e os únicos compradores que se pronunciaram foram empresas asiáticas que ofereceram valores considerados irrisórios pela direção da empresa. Desta forma, em 1998, a família achou por bem separar a empresa em duas partes, ficando a Gethal S/A em Caxias do Sul basicamente como uma indústria de metalurgia e construção civil e a Gethal Amazonas S/A, com a atividade madeireira, mudança esta consolidada em abril de 1999.

A partir desta data, a Gethal Amazonas, através do Banco Axial, manteve um diálogo com um fundo de investimentos americano (Brazilian Forestry Fund Investments - BBFI), administrado pela GMO Renewable Resources, com o objetivo de negociar a empresa. Esta operação foi consolidada em fevereiro de 2000, com a criação de uma nova empresa chamada Floream – Florestas Renováveis da Amazônia Ltda, que passou a deter 100% das ações da Gethal Amazonas S/A, que ficaram assim distribuídas: 85% para a BBFI e 15% para o Grupo Nilorey, de

propriedade da família. Um dado extremamente relevante nesta operação foi a condicionalidade da obtenção da certificação colocada pelos novos acionistas da empresa (Azevedo *et al* 2000).

4.2 SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA-ORGANIZACIONAL

Atualmente a empresa possui um conselho deliberativo sediado em São Paulo que trata de assuntos como marketing, comercialização e gerenciamento geral da empresa. No município de Itacoatiara onde se localiza a unidade fabril, é dirigida por dois diretores, um operacional e outro administrativo e financeiro. O departamento florestal atualmente conta com dois engenheiros, um com a coordenação administrativa e outro na área operacional.

No município de Manicoré onde estão as operações florestais, possui um escritório base, utilizado por técnicos de campo e para a administração regional, as atividades operacionais são divididas entre Supervisor de Exploração Florestal, Coordenação de Inventário e Corte de Cipós, Coordenação de Arraste, Controladoria e Monitoramento Pós-exploratório.

4.3 DESEMPENHO OPERACIONAL

A capacidade de exploração no projeto de manejo é de 44,14% da área total do projeto, ficando disponível 55,86% para os futuros talhões. (Fonte: Relatório Pós Exploratório Gethal 2004).

O desempenho da planta industrial está dimensionado para uma capacidade produtiva média de 2.000m³ de produtos acabados, como: compensados filmados, tamanhos especiais (laterais), camioplex, plataforma e *Westag* (Fonte: site da empresa). Sendo assim, a média anual de 24.000m³ exigindo de produtos primários, ou seja, toras brutas oriundas da floresta certificada das espécies adequada a

produção de compensados – um montante de pelo menos 72.000m³ por safra florestal (Fonte: entrevista com coordenador florestal da Gethal).

Porém em pesquisa documental os valores de produção dos últimos três anos da base florestal para o fornecimento próprio da matéria-prima alcançou 41.975,90 m³ (2002), 49.948,70 m³ (2003) e 74.000 m³ (2004), dando em média de 54.113,1 m³. (Fonte: Relatório Pós Exploratório Gethal, 2004). Tais dados nos mostram que a empresa não está na sua capacidade total de produção, esta disfunção pode estar relacionada com o mercado, investimentos, equipamentos utilizados, capacidade das equipes de exploração, servindo este resultado como estudo para futuras pesquisas.

4.4 ASPECTOS LEGAIS

A empresa possui um plano de manejo florestal com as devidas licenças da área florestal e industrial. Possui certificação florestal com código de cadeia para a floresta certificada sob o número SW-FM/COC 119 e cadeia de produção industrial sob o número SW – COC 121. A Gethal utiliza na área de manejo o sistema de exploração de baixo impacto preconizado pela Fundação Floresta Tropical - FFT, com ciclo previsto de 25 (vinte e cinco) anos. O sistema prevê o corte de até 22,5 m³ /ha de 71 espécies. A taxa de crescimento das espécies comerciais é de 1,1 m³ /ha/ano, resultando uma reposição na floresta remanescente de 27,5 m³ /ha na rotação silvicultural (Fonte: Imaflora, 1999).

As áreas florestais do projeto são cobertas por floresta tropical densa, com formação primária ou pouco impactadas, sendo em sua maioria áreas de platô irrigadas por igarapés que cortam a área. As espécies de árvores mais frequentes são: AMAPA (*Brosimum parinarioides* Ducke); ANANI (*Symphonia globulifera* L.f.); ANGELIM FAVA (*Hymenolobium excelsum* Ducke; ANGELIM PEDRA (*Hymenolobium petraeum* Ducke; ANGELIM VERMELHO (*Dinizia excelsa* Ducke; AQUARIQUARA (*Minuartia guianensis* Aubl.); ARARA TUCUPI (*Parkia nitida* Miq.); BREU SUCURUBA (*Trattinnickia rhoifolia* Willd); BREU VERMELHO

(*Protium decandrum* (Aubl.) March.); CAJU AÇU (*Anacardium giganteum* Hanck ex Engl.); CAJUI (*Anacardium spruceanum* Benth. ex Engl.); CASTANHA DE CUTIA (*Couepia robusta* Huber); CEDRINHO (*Erisma uncinatum* Warm.); COPAIBA ANGELIM (*Copaifera duckei* Dwyer); COPAIBA CUIARANA (*Copaifera langsdorffii* Desf.); COPAIBA JACARE (*Eperua oleifera* Ducke); COPAIBA MARI-MARI (*Copaifera reticulata* Ducke); CUMARU (*Dipteryx odorata* (Aubl.) Willd); CUMARURANA (*Dipteryx punctata* (Blake) Amshoff); GARROTE (*Brosimum utile* (H.B.K.) Pittier); GUARIUBA (*Clarisia racemosa* Ruiz & Pav.); IPE/PAU D'ARCO (*Tabebuia serratifolia* (Vahl) Nichols.); ITAUBA (*Mezilaurus itauba* (Meisn.) Taub. ex Mez); JATOBA (*Hymenaea courbaril* L); LOURO (*Ocotea rubra* Mez); MARUPA (*Simarouba amara* Aubl.); MASSARANDUBA (*Manilkara huberi* (Ducke) Chevalier); MUIRACATIARA (*Astronium lecointei* Ducke); MUIRAPIRANGA (*Brosimum rubescens* Taub.); MURURE (*Brosimum acutifolium* Huber); PARA PARA (*Jacaranda copaia* (Aubl.) D.Don); PARICA (*Schizolobium amazonicum* (Huber) Ducke); PARICARANA (*Parkia paraensis* Ducke); ROXINHO (*Peltogyne paradoxa* Ducke); SUCUPIRA AMARELA (*Bowdichia nitida* Spruce); TACACA (*Sterculia pilosa* Ducke); TAUARI BRANCO (*Couratari guianensis* Aubl); UCUUBA (*Virola melinonii* (R.Benoist) A.C.Sm.)

4.5 O MERCADO

4.5.1 Espécies e Produtos

- Madeira em Toras – sai da unidade de manejo florestal e segue para Itacoatiara para processamento (madeiras brancas e duras), ou para venda (madeiras duras) no mercado local.
- Lâminas e Compensados – fábrica em Itacoatiara processa madeira e produz lâminas e compensados.

Há determinadas espécies autorizadas para o manejo florestal que são as espécies atualmente exploradas. A diferença refere-se especialmente a dificuldades de colocação no mercado de determinadas espécies, ou sua inadequabilidade para a produção de lâminas e compensados.

As principais espécies utilizadas para Lâmina, são: várias espécies de Copaíba (*Copaifera*), Amapá (*Brosimum parinarioides* Ducke), Paricá (*Schizolobium amazonicum*), Paricarana (*Simaruba amara* Aubl.), Marupá (), Breus (*Trattinickia*), Favas (*Parkia*), Tauarí Branco (), Jatobá (*Hymenaea courbaril*), Garrote () e Guariúba (*Clarisia racemosa* Ruiz e Pav.). Para Serraria as espécies madeireiras são: Angelim Pedra (*Dinizia excelsa* Ducke), Maçaranduba (*Manilkara huberi*), Sucupira Vermelha (*Diplotropis*), Cumarú (*Dipteryx odorata* Wild.), Cedrinho e Itaúba (*Menzislaurus itauba*) (Fonte: Imaflora, 1999).

Uma principal preocupação dos empreendimentos florestais é mensurar a certificação. em níveis satisfatórios, pois, as exigências administrativas. e operacionais exigem da empresa complexa mobilidade e ao final ter os resultados esperados, ou seja, as operações de campo fornecendo matéria-prima certificada e a indústria transformando em produtos certificados, chegando até os consumidores exigentes do selo FSC.

Segundo ANGELO, 1998, no mercado internacional a hipótese de elevação de preço decorrente da certificação florestal é aceita. A perspectiva de preços maiores, pela demanda de exportação de produtos certificados, indica que os produtores não perdem receita. O aumento de preço pago aos produtores implica crescimento da receita total, em virtude da baixa sensibilidade a preço da demanda de exportação da madeira tropical brasileira. Para ótica da demanda de exportação, a certificação não significa perda de competitividade. No entanto, os produtores não devem desprezar o efeito substituição, renda e outros que atuam do lado do consumidor. BROOKS (1994) alerta que a elasticidade-preço-cruzada dos produtos madeireiros em relação a outros materiais é moderada. Isso significa que o aumento de preço da madeira devido à incorporação dos custos de certificação contribui para substituição das mesmas, se os preços de similares não forem alterados.

4.6 HISTÓRICO DA CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA GETHAL

A avaliação **independente** para fins de Certificação Florestal da Empresa Gethal, foi conduzida por uma equipe que representavam o IMAFLORA e o Programa SmartWood da Rainforest Alliance. O objetivo residiu em realizar uma avaliação dos aspectos ecológico, econômico e social do manejo florestal da empresa com fundamentação nos Princípios e Critérios do FSC, através dos Guias SmartWood para Avaliação do Manejo Florestal. Este relatório era composto de: descrição geral da empresa e seu ambiente sócio econômico; a metodologia aplicada pela equipe Imaflora/SmartWood; avaliação de cada tema das Diretrizes Gerais para Avaliação do Manejo Florestal com base nos Critérios do Programa *SmartWood*, notas, pré-condições e condições para a certificação do manejo florestal da Gethal.

Segundo o Resumo Público da SmartWood de dezembro de 1999 para a empresa Gethal, o Escopo da avaliação compreendeu as áreas florestais de várias propriedades (matrículas) da Gethal e aquelas por ela diretamente manejadas, que juntas se denomina projeto Democracia. As áreas de reflorestamento da Empresa não foram incluídas no escopo da avaliação.

Como decisão da instituição certificadora, a Gethal Amazonas S.A. apresentava um bom desempenho e, em evolução em termos ambientais, sociais e técnico-silviculturais. Segundo a SmartWood a Gethal mesmo tendo passado, por um enorme processo de transformação desde o início do seu processo de certificação em 1998 e em especial entre 1999 e Maio de 2000. Cumpriu com êxito as pré-condições fortes e demonstrou ter capacidade para enfrentar os desafios que ainda estão por vir no desenvolvimento de manejo florestal. Com base nesta avaliação a equipe designada recomendou para certificação da empresa Gethal Amazonas S.A.

como Bom Manejo Florestal (*well managed forest*), mediante ao compromisso com as condições e o cumprimento das pré-condições apresentadas.

4.7 ANÁLISE DO PROCESSO DE ADOÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

O foco de análise para a obtenção de conhecimentos relacionados ao Processo de Certificação Florestal da Empresa ocorreu mediante a interpretação de fatos e atuações quanto ao cumprimento da gerência às pré-condições e condições estabelecidas para o manejo sustentável, conforme a documentação final aprovado pelo conselho de diretores do FSC Internacional.

Para a análise do presente estudo foram selecionados três Princípios FSC que estão direcionados a gestão da empresa:

Princípio # 1 - Obediência Às Leis E Aos Princípios Do FSC

O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis no país onde opera, os tratados internacionais e os acordos assinados por este país, e obedecer a todos os Princípios e Critérios do FSC.

Princípio # 2 - Direitos E Responsabilidades De Posse E Uso

As posses de longo prazo e os direitos de uso da terra e dos recursos florestais em longo prazo devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.

Princípio#6-Relações Comunitárias E Direitos Dos Trabalhadores

As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar, em longo prazo, o bem estar econômico e social dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.

Para cada um destes, condições foram estabelecidas pela certificadora, entre estas para o desenvolvimento deste estudo foram selecionadas as de nível de desempenho gerencial compreendendo duas áreas de execução: a gerencial administrativa, e gerencial técnica especificamente da área florestal, sendo estas utilizadas como objeto de investigação.

4.8 CONDICIONANTES APLICADAS NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE CUNHO GERENCIAL.

A Gethal por ter apresentado um bom desempenho, de acordo com o Resumo Público SmartWood 1999, em termos técnico-silviculturais, sociais e ambientais, tendo em vista, ter passado por um longo processo que se estendeu de 1998 a maio de 2000, recebe por recomendação da equipe dos auditores a Certificação como Bom Manejo Florestal (Well Managed Forest) com o compromisso de cumprir as **Condições** e pré-condições apresentadas no relatório. A execução das ações para responder as *condições* foram checadas nos monitoramentos que ocorreram anualmente. Caso uma determinada condição não alcançasse o desempenho satisfatório eram geradas *ações corretivas (CAR)* que deveriam ser realizadas dentro de prazos determinados. O balanço deste desempenho será concretizado em uma terceira avaliação¹ que corresponderá na **recertificação** onde será definido se a empresa manterá ou não o selo verde. A análise deste estudo se estende apenas às condições relacionadas com área gerencial da empresa, pelo fato, de que para uma análise mais abrangente exigiria a participação de vários profissionais em áreas específicas como: biólogos, sociólogos, geólogos e outros, exigidas nas outras condicionantes.

¹ Fase ainda não concluída.

4.8.1 Classificação das condicionantes gerenciais por variáveis de estudo.

De acordo as variáveis definidas - impactos intraorganizacionais e interorganizacionais, sistema de certificação e a internalização do sistema - para a apuração de dados; as condições gerenciais impostas no processo de avaliação foram organizadas pela variável correspondente, para que assim fosse possível o desenvolvimento de uma análise sobre da atuação gerencial da empresa Gethal em cumprir adequadamente as exigências estabelecidas.

4.8.1.1 Sistema de Certificação

Em pesquisa documental junto à empresa foram levantadas informações de resultado de monitoramento realizado pela certificadora. Essas informações refletem nas execuções e atendimentos das condicionantes inicialmente impostas para a empresa quando esta adquiriu o selo verde. A checagem varia com os prazos estabelecidos pela certificadora. O quadro 4 apresenta através das variáveis (condição, nível de atuação, ações corretivas) a síntese do atual estágio de internalização das condições voltadas à área gerencial que representam ações essenciais para a eficiente aplicação do sistema da certificação.

QUADRO- 1 – Condicionantes de foco gerencial

| Condição Smartwood | Nível de atuação | Ações corretivas geradas - CAR |
|--|----------------------------|--|
| 1.Elaborar e iniciar a implantação de um programa de treinamento/informação sobre o processo de certificação da empresa, incluindo comunidades, para disseminação dos princípios e critérios do FSC a longo prazo. | Cumprida | CAR 01/2001 Apresentar o Plano de Desenvolvimento e Informações planejado para conter os elementos referentes à interação com a comunidade local. Prazo: 31 de Outubro de 2001. CAR 02/2001 Enviar cópia da fita de vídeo que registra a Reunião Pública da empresa com a comunidade convocada pela Câmara Municipal em Maio de 2001. Prazo: 31 de Outubro de 2001. CAR 03/2001 Implantar um sistema de registro sistemático das atividades de comunicação, informação com público interno e externo que inclua no mínimo: datas, locais, público e objetivo de cada evento e/ou atividade e documentação de resultados. Prazo: 31 de Outubro. |
| 2.Apresentar anualmente a situação das pendências administrativas, fiscais e jurídicas atuais e futuras. | Concluída na pré-condição. | Sem CAR |
| 3.Quanto aos produtos não madeireiros (PFNM): <ul style="list-style-type: none"> Elaborar acordo com as entidades representativas dos agricultores extrativistas (ex. o Conselho de Associações Agroextrativistas de Manicoré (CAAM/CNS)), que regulamente o acesso aos castanhais nas áreas de exploração madeireira. Revisar e divulgar a política da empresa em relação ao acesso aos produtos não madeireiros, garantindo que não se perpetue os mecanismos tradicionais de exploração do trabalhador. | Cumprida | Sem CAR |
| 4.Intensificar e sistematizar os treinamentos para os funcionários, definindo responsabilidades, exigindo o uso dos EPI, desenvolvendo programas de conscientização e educação para os funcionários. | Cumprida | Sem CAR |
| 5.Estudar opções de transporte alternativas a caminhonete nas áreas do projeto para ida e retorno dos trabalhadores do acampamento para as áreas de exploração. | Cumprida | Sem CAR |

Fonte: Resumo Público

De acordo com o Relatório de Monitoramento Anual da certificadora que trata das ações realizadas pela empresa para responder as condicionantes impostas, verifica-se que:

Para cumprir a primeira condição relacionada ao programa de treinamento para a disseminação do processo de certificação aos públicos envolvidos, a empresa Gethal realizou várias linhas de ação:

- ✓ Participação em eventos;
- ✓ Reuniões locais e regionais;
- ✓ Contatos com lideranças locais;
- ✓ Palestras e seminários para a equipe interna.

Quanto às atividades em campo, observaram-se esforços para um nível de comunicação mais ativo com o público da cidade de Manicoré, através de um Plano de Desenvolvimento e Informação, objetivando assim, que a comunicação na organização se tornasse mais otimizada.

Em entrevista com o coordenador florestal da Gethal, as ações atuais para divulgar a certificação aos agentes envolvidos são parcerias com instituições públicas, privadas e Ongs, para possibilitar vários cursos para os colaboradores direcionando para as áreas específicas. Treinamento na área operacional, na área gerencial, administrativa, com comunitários. Ao longo do processo, a empresa tenta agendar ao longo do ano as grades conforme as atividades dos colaboradores.

Segundo o engenheiro florestal da empresa, se os colaboradores não tivessem obtido as informações de todo o processo de certificação atrelado ao processo produtivo, a empresa não conseguira caminhar os cronogramas operacionais, pois no conceito que a empresa mantém o selo verde, as operações deverão seguir todos os procedimentos aplicados.

No entanto, segundo o parecer do relatório de monitoramento da SmartWood, percebe-se a carência de estratégias para a mensuração dos públicos envolvidos, quanto ao entendimento dos objetivos operacionais e principalmente

o que representa a Certificação Florestal, já que a participação de todos é primordial para a execução do processo.

Quanto a quarta condicionante a Gethal contratou um técnico da área em questão, sendo considerado na avaliação SmartWood um aspecto bastante positivo para a segurança do trabalho na operação florestal. As demais exigências impostas, de acordo com a certificadora, foram respondidas satisfatoriamente dentro dos prazos determinados e sem ações corretivas.

4.8.1.2 Impactos intraorganizacionais e interorganizacionais

Para o alcance de uma eficiente atuação no processo da certificação é primordial considerar o grau de mudanças e adaptações de os todos envolvidos direta e indiretamente com a empresa. Tanto os colaboradores efetivos que pela absorção de funções para o processo sofrem impactos intraorganizacionais quanto para os atores do meio externo, com impactos interorganizacionais como os fornecedores, compradores, comunidade do entorno que sentem os reflexos das modificações operacionais da empresa. O quadro 5 representa as condições voltadas à área gerencial relacionadas a variável de impactos sofrida pelos atores da organização.

QUADRO- 2 – Condicionantes de foco nos impactos intra e interorganizacionais

| Condição Smartwood | Nível de atuação | Ações corretivas geradas - CAR |
|--|-----------------------|---|
| <p>1.Quanto a questão de posse da terra: Definir uma política para a aquisição de terras na região, incluindo as possibilidades a serem oferecidas aos moradores que desejem continuar na área. Identificar todas as áreas onde existe potencial conflito por posse da terra, em especial na região do Rio Urucuri, e os procedimentos específicos que estão sendo tomadas para resolver a questão. Definir política e procedimentos para lidar com situações onde possam existir potenciais conflitos pela terra.</p> | Cumpridas | <p>CAR 04/2001 - Apresentar procedimentos para definição de áreas de posse no caso de existirem moradores com direito de uso capião em novas áreas florestais. Prazo: 30 de Novembro 2001 CAR 05/2001 - Definir processo de formalização do reconhecimento de posse dos moradores com direito de uso capião nas áreas atuais e futuras da empresa. Prazo: 30 de Novembro 2001 CAR 06/2001 - Incluir no Plano de Manejo procedimentos específicos para lidar com demandas e ou conflitos com comunidade em especial aquelas referentes a questões de posse da terra. Prazo: 30 de Novembro 2001.</p> |
| <p>2.Apresentar os resultados do levantamento detalhado das famílias que residem nas áreas da empresa e um cronograma de ações para formalizar o reconhecimento do direito de uso e posse destas famílias.</p> | Parcialmente cumprida | <p>CAR 7/2001 - Revisar o contrato de comodato e/ou definir outro instrumento de reconhecimento de direito de uso e posse e apresentar cronograma de ações para formaliza o reconhecimento do direito de uso e posse das famílias. Prazo: 31 de Outubro 2001</p> |
| <p>3.Realizar um levantamento das populações residentes no entorno e na área de influência direta e indireta do projeto, destacando, entre outros aspectos os referentes à organização sócio-econômica, cultural e política das comunidades e/ou grupos familiares, procurando identificar também as áreas que ocupam e o tipo e o período de coleta dos produtos florestais não-madeireiros.</p> | Parcialmente cumprida | <p>CAR 17/2001 - Apresentar a avaliação preliminar sobre a o impacto da empresa sobre a comunidade de Vila Democracia. Prazo: 30 de Novembro 2001 CAR 18/2001 - Realizar uma análise das percepções das comunidades da área de influência, levantadas no DRP. Prazo: 31 de Outubro 2001</p> |
| <p>4. Implantar a proposta de comunicação regular com comunidade do entorno. Informar claramente aos grupos de interesse quem são as pessoas responsáveis pelos contatos externos da empresa.</p> | Parcialmente Cumprida | <p>CAR 15/2001 - Estabelecer os limites de ação da empresa em relação às comunidades e definir claramente o papel e atividades do engenheiro florestal responsável pelas ações com as comunidades. Prazo: 30 de Novembro 2001 CAR 16/2001 - Melhorar a comunicação com determinados setores da sociedade em Manicoré, como a Comissão Pastoral da Terra</p> |

| Condição Smartwood | Nível de atuação | Ações corretivas geradas - CAR |
|--|------------------|--|
| | | e Associação de Produtores. Prazo: 31 de Outubro 2001. |
| 5. Apresentar um estudo prospectivo de impacto social sobre a população local, por ocasião dos períodos cíclicos de diminuição das atividades da empresa. | Cumprida | CAR03/2002 - Tornar públicas e apresentar o andamento das discussões sobre as medidas mitigadoras do impacto à comunidade e trabalhadores, relacionado a saída da empresa do Projeto Democracia. Prazo: Outubro de 2003. |
| 6. Realizar um levantamento dos impactos das atividades florestais na comunidade local, com enfoque especial nos potenciais danos diretos, indicando um plano de compensações caso necessário. | Cumprida | CAR04/2002 - Apresentar um planejamento de ações com a comunidade que objetivem principalmente melhorar o desempenho da empresa em relação aos temas apontados pelos entrevistados no estudo do IBENS. Prazo: Outubro de 2003. |

Fonte: Resumo Público

De acordo com o Relatório de Monitoramento Anual da certificadora a Gethal quanto às condições um e dois sobre a política para a aquisição de terra e a possibilidade aos moradores que desejem permanecer na área, tratou o assunto em questão com grande superficialidade. A empresa de acordo com a avaliação SmartWood, deve definir com clareza no momento da compra como formalizar a cessão para os moradores, constando, os procedimentos para as áreas a serem cedidas. Observam-se falhas na organização, no sentido da criação de padrões de ação para situação específicas, padrões estes, que denotariam a sua maturidade em atender rigores necessários de uma empresa certificada.

Em entrevista com o colaborador da empresa, afirma-se que a Gethal reconheceu a posse dos moradores, documento esse reconhecido em cartório que foi apresentado para a certificadora. Foram inclusive demarcadas as referidas áreas para os moradores.

Referente a condição três, a empresa realizou um Diagnóstico Sócio Participativo (DRP) para o levantamento de todas as famílias da comunidade local com informações sobre localização, números de membros nas famílias, sistema produtivo, comercialização, educação, saúde, saneamento e organização comunitária. Segundo a avaliação de monitoramento SmartWood constatou-se junto a comunidade que a atividade de *coleta de castanha*, que representa uma essencial fonte de renda, sofre impactos diretos da empresa. Por isso, a Gethal está desenvolvendo um projeto de

processamento de produtos não-madeireiros e apresentou um modelo de contrato de *Comodato* (anexo 4) para regularizar esta situação, no entanto, segundo o relatório de monitoramento anual da certificadora diz que, este contrato apresenta distorções que precisam ser corrigidas, como: possui prazo estabelecido portanto não reconhece a posse e a terceira cláusula afirma que o morador não tem direito sobre as benfeitorias realizadas na área.

O que se observa, é que o objetivo do contrato de comodato quanto à empresa não condiz com o da comunidade do entorno, pois, para a Gethal representa apenas um compartilhamento de áreas, dá ao posseiro o direito de uso da área, pois a principal atividade nestas são as coletas de castanhas retiradas de essências florestais, etc... Porém, como somente é utilizada para esses fins, o comodato é o documento ideal, pois os posseiros não fixam residência na área. Para a Gethal a contrato significa uma alternativa que além de reconhecer a moradia dos posseiros que estão realmente morando na área, ou seja a mais de 10 anos. É realizar contrato de cessões com as associações dos agricultores, como já foi feito com o CAAM(Conselho Agroextrativista dos Agricultores de Manicoré), contrato de uso da área da empresa somente para coleta de castanha com cláusulas específicas para cada uma das partes. Regulamentando desta forma, a organização das pessoas que realmente vão fazer uso dos produtos não madeireiros, deixa ou inibi os oportunistas e atravessadores.

Para responder a condição quatro a Gethal designou um funcionário responsável pela comunicação regular com a comunidade, porém não está claro o papel deste mediador e nem quais ações devem ser implementadas pela empresa quanto à comunidade. Mesmo diante de realização de ações para a Certificação Florestal ficou claro que em alguns setores o processo de comunicação apresenta deficiências, precisando ser otimizado. Este contexto, prejudica a compreensão das atividades da

Gethal e o seu papel em Manicoré pelo público envolvido, gerando assim, uma idéia negativa sobre a empresa.

Segundo o coordenador florestal da Gethal, a empresa está criando um departamento específico para essa área de comunicação em parceria com a universidade do Amazonas. Esse departamento está engajado em responder todas as questões dessa área, criando alternativas de comunicação para o estreitamento com a comunidade.

Para a condição número cinco a empresa responde que realizou operações no Projeto Democracia com aproximadamente 85 funcionários sendo contratados no município de Manicoré, sendo que 20 a 25 destes residem nas comunidades do entorno na Vila Democracia. A empresa desempenhou seu trabalho de 2003 e 2004 nas glebas próximas a esta Vila. A partir de 2005 a atuação está ocorrendo na região dos rios Maturá e Atininga (distante 40-50 km de Democracia), onde foi erguido novo acampamento, com os trabalhadores permanecendo alojados por toda a semana, voltando para suas residências para passar os finais de semana. A Gethal, tem por objetivo manter os mesmos colaboradores, tendo em vista, os investimentos em treinamento e capacitação, além de não desejar gerar transtornos a renda da comunidade local.

Em entrevista com o colaborador da empresa, enfatiza-se que a relação da empresa com a comunidade é positiva, pois, aproveita bastante os moradores para trabalho nas operações empregando-os, atendemos quando possível as reivindicações, pois o papel da empresa é operacional, e não assistencialista que fica ao cargo da prefeitura, facilitamos de certa forma a entradas de vários apoiadores, tais como Ong de saúde (HANS) de treinamento (IBENS), Universidades etc.

Ainda quando a condição cinco o relatório de monitoramento anual SmartWood afirma a Gethal para minimizar os impactos da empresa a comunidade esta desenvolvendo

um projeto de processamento de produtos não-madeireiros (com maior enfoque para a castanha e óleos de copaíba) no sentido de gerar rendas alternativas as famílias do entorno. Esta iniciativa pelos avaliadores SmartWood foi bastante positiva, porém observasse a necessidade de uma discussão e um maior envolvimento entre todos os grupos de interesse como: os trabalhadores, sindicato, cooperativas, comunidade e grupos comunitários para que o projeto não seja entendido como imposição da empresa.

Quanto a este projeto em entrevista com o colaborador da Gethal, destaca-se que foram aplicadas tecnologias de armazenamento das castanhas nas comunidades de entorno da empresa resultado de estudos coma a universidade do Amazonas.

A empresa apoiou a construção de paiol nas várias comunidades da região diminuindo as taxas de toxinas (Aflotoxina), esse índice baixo caracteriza a pureza do produto castanha, o resultado dessa atividade colocou Manicoré como exemplo de coleta e armazenamento gerando assim, uma grande demanda de compradores dos produtos de Manicoré.

O Governo do Amazonas juntamente com a Agencia de Floresta, acreditando no resultado desse trabalho, está apoiando na construção de uma fábrica beneficiadora de castanha no município que atenderá todas as comunidades de Manicoré e Circunvizinhas. Esse é o grande exemplo da parceria da Gethal em todo o processo de coleta de castanha em Manicoré.

Para responder a condição número seis a Gethal segundo os avaliadores SmartWood realizou um estudo bastante simplista, mesmo tendo apurado informações que contribuem para a melhoria da relação da empresa com a comunidade. A análise superficial não permitiu um levantamento sobre os danos diretos das atividades

florestais sobre a comunidade, que proporcionaria um plano de compensação, tendo em vista, que os dados levantados de acordo com um dos principais requisitos da certificação deveriam ser revertidos em ações que contribuiriam com uma melhor relação com as comunidades locais.

4.8.1.3 Internalização do sistema de certificação

Com a adoção da empresa Gethal ao processo de certificação é essencial o entendimento - principalmente gerenciais, que determina as coordenadas de ações de desempenho - sobre a importância do sistema em questão, aprofundando-se sobre o padrão que deve ser alcançado para a minimização das disfunções existentes. Mediante a pesquisa documental o Quadro 6 mostra as condicionantes impostas sobre a internalização dos agentes envolvidos quanto ao processo de certificação.

QUADRO- 3 – Condicionantes com foco de internalização do sistema de certificação

| Condição Smartwood | Nível de atuação | Ações corretivas geradas - CAR |
|--|-----------------------|--|
| 1. Apresentar um diagnóstico que inclua uma análise sobre a percepção das comunidades existentes na área de influência, quanto às atividades da empresa. | Parcialmente cumprida | CAR 04/2001 - Apresentar procedimentos para definição de áreas de posse no caso de existirem moradores com direito de uso capião em novas áreas florestais. Prazo: 30 de Novembro 2001 CAR 05/2001 - Definir processo de formalização do reconhecimento de posse dos moradores com direito de uso capião nas áreas atuais e futuras da empresa. Prazo: 30 de Novembro 2001 CAR 06/2001 - Incluir no Plano de Manejo procedimentos específicos para lidar com demandas e ou conflitos com comunidade em especial aquelas referentes a questões de posse da terra. Prazo: 30 de Novembro 2001. |

Fonte: Resumo Público

Segundo o Relatório de Monitoramento Anual da certificadora a ação desenvolvida pela empresa Gethal para responder a condicionante um foi à realização do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), sendo desenvolvido em um curto espaço de tempo, cerca de uma semana em doze comunidades, gerando assim informações limitadas, demonstrando o desconhecimento da comunidade quanto às atividades

da empresa, do processo de certificação, não estando claro os objetivos operacionais da empresa.

A Gethal afirma, no relatório de monitoramento anual SmartWood, que a Pró-Natura (Ong) deverá estabelecer um modelo de integração que inter-relacione a comunidade, a empresa e floresta, no entanto, a atuação da ong ainda é nula e não há ações concretas.

Em entrevista com o coordenador florestal da empresa, obteve-se um esclarecimento ainda vago sobre a Pró-Natura, explicando apenas que se trata de uma Ong consultada para realizar um trabalho específico na área social, com levantamento socioeconômico das comunidades, afirmando que deu o ponta pé inicial dos estudos que foram complementados com outros posteriormente.

De acordo com o diagnóstico (DRP) e as entrevistas a comunidade apresenta uma certa preocupação por não saber de forma clara os limites de atuação da empresa.

4.9 DILEMAS DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

A empresa tem passado por adaptações e mudanças mediante as realizações para atender os requisitos para a Certificação Florestal, enfrentando ainda, enormes barreiras e dificuldades para concretização das *Condições* impostas, tendo em vista, os altos custos das operações e a falta de envolvimento mais intenso dos atores envolvidos. Segundo Marcos Oliveira (comunicação pessoal), coordenador florestal da Gethal, entre principais dificuldades encontradas pela empresa para cumprir as condições está no fato de que as questões que envolvem os estudos, são as mais complexas, pois, envolve outros profissionais, que na maioria na região são deficientes, portanto é necessário envolver as parcerias e as respostas seguem um ritmo a longo prazo. As adequações de todo o processo requer um planejamento financeiro e de pessoal, pois precisam ser contratados para os novos setores

específicos de acompanhamento. A empresa trabalha com produção, o acompanhamento da certificação abre novas áreas dentro da empresa.

Para uma eficiente atuação torna-se necessário o desenvolvimento pelos gestores de um programa de conscientização dos colaboradores e da sociedade dos municípios de Itacoatiara e Manicoré sobre os itens de discussão pautados sobre o processo de certificação da empresa. Tal situação se dá pela empresa realizar suas ações de desempenho para as *condições* dentro de uma grande superficialidade, tendo em vista, não esclarecer qual a amplitude de suas ações organizacionais e de obter dados junto aos agentes envolvidos de maneira simplista, não permitindo respostas que possibilitem a resolução dos problemas.

O processo da Certificação tem realmente trazido modificações para a realização de procedimentos na área gerencial quanto ao manejo da madeira, com o controle mais refinado, todas as fases do processo passaram a ser monitoradas com mais confiabilidade, a resposta é mais rápida facilitando os relatórios gerenciais.(coordenador florestal da Gethal).

A administração dentro da sua área de atuação tem contribuído para o uso mais sustentável dos recursos naturais, madeireiros e não madeireiros. No entanto, como a empresa já realiza o processo de Certificação há 4 (quatro) anos observa-se que a mesma já deveria estar com suas ações bem mais adiantadas, ou seja, as disfunções em que a organização está envolvida já deveriam ter alcançado um nível de minimização significativo que permitissem modificações concretas tendo por base a forma de atuação anterior da empresa.

Ações Corretivas

Abaixo temos um Quadro Resumo do Status das Condições e Ações Corretivas de Monitoramento 2001/2002.

4.9.1 Status Ações Corretivas 2001

QUADRO- 4 – CARs 2001

| Cód. | Ação Corretiva | Prazo | Status | CAR | ATUAL |
|-------------|--|--------------|---------------|------------|--------------|
| CAR 01/2001 | Apresentar o Plano de Desenvolvimento e Informações planejado para conter os elementos referentes a interação com a comunidade local | 31/10/2001 | | | RESPONDIDA |
| CAR 02/2001 | Enviar cópia da fita de vídeo que registra a Reunião Pública da empresa com a comunidade convocada pela Câmara Municipal em Maio de 2001. | 31/10/2001 | Cumprida | - | |
| CAR 03/2001 | Implantar um sistema de registro sistemático das atividades de comunicação, informação com público interno e externo que inclua no mínimo: datas, locais, público e objetivo de cada evento e/ou atividade e documentação de resultados. | 31/10/2001 | | | RESPONDIDA |
| CAR 04/2001 | Apresentar procedimentos para definição de áreas de posse no caso de existirem moradores com direito de uso capião em novas áreas florestais. | 31/11/2001 | Cumprida | - | |
| CAR 05/2001 | Definir processo de formalização do reconhecimento de posse dos moradores com direito de uso capião nas áreas atuais e futuras da empresa. | 31/11/2001 | Cumprida | - | |

| Cód. | Ação Corretiva | Prazo | Status | CAR | ATUAL |
|-------------|--|--------------|----------------------|------------|--------------|
| CAR 06/2001 | Incluir no Plano de Manejo procedimentos específicos para lidar com demandas e ou conflitos com comunidade em especial aquelas referentes a questões de posse da terra. | 31/11/2001 | | | RESPONDIDA |
| CAR 7/2001 | Revisar o contrato de comodato e/ou definir outro instrumento de reconhecimento de direito de uso e posse e apresentar cronograma de ações para formaliza o reconhecimento do direito de uso e posse das famílias. | 31/10/2001 | Cumprida | CAR31/2001 | |
| CAR 15/2001 | Estabelecer os limites de ação da empresa em relação às comunidades e definir claramente o papel e atividades do engenheiro florestal responsável pelas ações com as comunidades | 30/11/2001 | | | RESPONDIDA |
| CAR 16/2001 | Melhorar a comunicação com determinados setores da sociedade em Manicoré, como a Comissão Pastoral da Terra e Associação de Produtores. | 31/10/2001 | Cumprida | CAR32/2001 | |
| CAR 17/2001 | Apresentar a avaliação preliminar sobre o impacto da empresa sobre a comunidade Vila Democracia. | 30/11/2001 | Adiada p/ 30/04/2002 | CAR17/2001 | |
| CAR 18/2001 | Realizar uma análise das percepções das comunidades da área de influência, levantadas no DRP | 31/10/2001 | Adiada p/ 30/04/2002 | CAR18/2001 | |

| Cód. | Ação Corretiva | Prazo | Status | CAR | ATUAL |
|-------------|---|-----------------|---------------|------------|--------------|
| CAR03/2002 | Tornar públicas e apresentar o andamento das discussões sobre as medidas mitigadoras do impacto à comunidade e trabalhadores, relacionado a saída da empresa do Projeto Democracia. | Outubro de 2003 | | | |
| CAR04/2002 | Apresentar um planejamento de ações com a comunidade que objetivem principalmente melhorar o desempenho da empresa em relação aos temas apontados pelos entrevistados no estudo do IBENS. | Outubro de 2003 | | | |

4.9.2 Status Ações Corretivas 2002

QUADRO- 5 – CARs 2001

| Cód. | Ação Corretiva | Prazo | Status | CAR |
|-------------|---|--------------|----------------------|------------|
| CAR 17/2001 | Apresentar a avaliação preliminar sobre o impacto da empresa sobre a comunidade Vila Democracia. | 30/11/2001 | Adiada p/ 30/04/2002 | CAR17/2001 |
| CAR 18/2001 | Realizar uma análise das percepções das comunidades da área de influência, levantadas no DRP | 31/10/2001 | Adiada p/ 30/04/2002 | CAR18/2001 |
| CAR 31/2001 | Apresentar os documentos finais de reconhecimento de posse a ser concedida ao sr. Mair Rocha de Chagas e Lúcio do lote Chagas.. | 30/06/2002 | Não cumprida | CAR05/2002 |
| CAR 32/2001 | Confirmar o contrato do médico com especialização em Medicina do Trabalho. | 30/03/2002 | Cumprida | |

5 CONCLUSÕES

Entre as disfunções encontradas na realização das Condições para a Certificação podemos destacar:

- As atividades realizadas com os diversos públicos pela empresa Gethal no sentido de divulgação quanto a Certificação Florestal mostraram várias linhas de ação, no entanto, observou-se a necessidade de um ordenamento que permita com detalhes a visualização da periodicidade, local, tipos de eventos e os objetivos específicos de cada treinamento. A empresa não apresentou atividades para apurar a internalização dos grupos envolvidos quanto às informações transmitidas. Para que assim, pudesse constatar se alcançou a meta, se precisa desenvolver um trabalho mais intenso ou mudar seus seguimentos de atuação.
- A Gethal tem mostrado uma excelente atuação quanto a questões de posse de terra, sabendo remediar os conflitos de maneira amigável, procurando manter uma relação de “boa vizinhança” e cordialidade com os moradores que habitam nas áreas da empresa. A empresa formalizou documentos de posse da terra para as pessoas que habitam na área particular.
- A comunidade do entorno apresenta preocupação quanto ao impacto da empresa a uma das principais atividades de subsistência, representada pela coleta da *castanha*, para tal questão um modelo Contrato de Comodato foi exibido pela Gethal. Este contrato precisa sofrer algumas alterações por não assegurar os moradores quanto ao reconhecimento do direito de posse e a terceira cláusula indicar que o morador não tem direito sobre as benfeitorias realizadas na área.
- A empresa prevê sua saída do módulo Democracia no ano de 2005, conta atualmente com colaboradores que residem na Vila Democracia; como

objetiva transferir sua linha de operação para um lugar mais distante, nos rios Maturá e Atininga (distante 40-50 km de Democracia) já planeja convocar estes mesmos funcionários para a atuação, os que não aceitarem a empresa estuda projetos que permitam fontes de renda através da coleta e processamento de produtos da florestal como a castanha e óleo da copaíba. Diante desta situação torna-se essencial um amplo processo de discussão que envolva todos os interessados como cooperativas, sindicato, comunidades e outros com intuito de deixar os princípios do projeto bem claros e que a saída cause o menor grau de impacto possível.

- Os estudos realizados pela Gethal devido a sua simplicidade não têm conseguido atingir suas metas, como o realizado para saber os danos diretos das atividades florestais sobre a comunidade, para que assim a empresa pudesse realizar ações para reverter os problemas trazidos a comunidade em geral.
- A empresa precisa desenvolver um processo de comunicação mais intensivo para eliminar certas disfunções como contato mais ativo com membros da sociedade de Manicoré, o desconhecimento da população do entorno sobre os projetos da Gethal e qual a atuação e o grau de autoridade que o engenheiro possui - para assim resolver qualquer problema que possa surgir.
- O levantamento sócio-econômico, político e cultural (Diagnóstico Rápido Participativo-DRP) realizado pela Gethal apresenta uma vasta superficialidade, tendo em vista, o curto espaço de tempo que foi realizado (uma semana em doze comunidades) de maneira geral as comunidades não apresentaram qualquer reclamação quanto a empresa a não ser fato de desconhecimento quanto aos limites de ação nas áreas em que os mesmos residem, ou seja, falta de conhecimento quanto as intenções da organização,

não se observando qualquer esclarecimento sobre a Certificação Florestal. Tornou-se impossível atingir informação como a percepção da comunidade Vila da Democracia sobre o impacto da empresa na sua fonte de renda e no modo de vida em geral. Atualmente a empresa em parceria com o departamento de comunicação social da Universidade do Amazonas fez um diagnóstico junto a comunidade de Manicoré, tendo como objetivo criar dentro da empresa um setor de relações públicas.

- A empresa tem se mostrado bastante eficiente no processo de treinamento e capacitação de funcionários quanto ao sistema de proteção e segurança no trabalho, através de reuniões os colaboradores tem sido esclarecidos sobre diversos assuntos como a importância do uso dos equipamentos de proteção, os colaboradores têm a oportunidades de expressar suas dificuldades para a solução de conflitos além da disseminação da educação ambiental, manejo da fauna silvestre.
- Através da realização da condição relacionada ao uso dos produtos a Gethal manifestou um Contrato de uso das áreas para a extração de produtos não-madeireiros em destaque a *castanha* que foi o primeiro produto não-madeireiro de maior benefício, pois, a partir deste o programa de coleta se expandiu além das áreas da empresa. Tornando-se um programa de repercussão estadual, com a atuação do governo, prefeitura e a UFAM.

Tal dificuldade está relacionada com o faturamento, tendo em vista, que a produção está diretamente ligada ao mercado interno e externo, sofrendo influência direta da flutuação do dólar, barreiras ambientais como o mercado europeu que exige a marca CE (Comércio Europeu). Assim, a empresa tem que se adequar a todos os regulamentos que por fim prejudicam o bom faturamento, impedindo a realização de

diversos itens relacionados às *condições* determinadas pelos altos custos. Dentro do mercado interno não há tanta exigência, criando-se assim, uma interrogação para a empresa, “será vantagem possuir a Certificação sendo que o mercado brasileiro não está acostumado com esse tipo de exigência?”.

5.1 BENEFÍCIOS COM A CERTIFICAÇÃO

Os empreendimentos de grande porte precisam alcançar mercados não antes explorados. A empresa Gethal baseada nos princípios do sistema FSC almejou aproveitar os benefícios que esta Certificação poderia trazer, tais como: novos mercados, preços diferenciados, acesso facilitado a financiamentos e principalmente melhoria da imagem institucional.(IMAFLORA 2004)

6 BIBLIOGRAFIA

- VERÍSSIMO A., LIMA E. (1998) *Caracterização da atividade madeireira na Amazônia Brasileira*. IMAZON, Belém
- SAE (1997) *Política Florestal: Exploração Madeireira na Amazônia*. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Abril /1997.
- UHL C, BARRETO P, VERÍSSIMO A, AMARAL P, BARROS AC, Souza Jr C, Vidal E (1997) An integrated research approach to address natural resource problems in the Brazilian Amazon. *Bioscience* **47** (3): 160-168
- DOUGLAS J AND BLASER J (1998) *Global Economic Trends and Implications to the International Timber Market*. International Timber Conference 1998, Kuala Lumpur, Malaysia, 5-7 /março /1998.
- GREENPEACE/TONI A (1997) *Desflorestando o Planeta: Madeiras Asiáticas invadem nossas últimas fronteiras florestais*. Greenpeace Internacional, Amsterdam/São Paulo
- VIANA G (1998) *Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados Destinada a Averiguar a Aquisição de Madeiras, Serrarias e Extensas Porções de Terras Brasileiras por Grupos Asiáticos*. Brasília. 12 /Agosto.
- VERÍSSIMO A, LIMA E, JUNIOR R, LEÃO C (1997) *Evaluation of forestry activities in two logging poles in Mato Grosso: Juara and Marcelândia* (Technical Report). Tropical Forest Foundation, Belém
- WRI (1997) *The last frontier forests: ecosystems and economies on the edge*. Bryant D, Nielsen D and Tangle L (eds) World Resources Institute (Forest Frontiers Initiative), New York
- GREENPEACE/BARRETO P, VERÍSSIMO A, HIRAKURI S (1998) *A exploração de madeira na Amazônia Brasileira: Situação e Perspectivas*. IMAZON, Belém
- VERÍSSIMO A, BARRETO P, TARIFA R, UHL C (1995) Extraction of a high-value natural resource from Amazon: the case of mahogany. *Forest Ecology and Management* **72** : 39-60
- COTTON, C., ROMINE, T.(1999). *Face a Face com a Destruição - Relatório Greenpeace sobre as companhias multinacionais madeireiras na Amazônia Brasileira*. © Greenpeace, Maio. São Paulo-SP. 32p.
- ÂNGELO, H. (1999a). "Estado da Arte da Certificação Florestal". Ministério do Meio Ambiente. Brasília
- BATMANIAN, G. (2000). "Certificação Florestal no Brasil: o FSC" in *Seminário Internacional sobre Tendências Florestais*, 10-12/05, Curitiba, PR.
- BRAGA, E. P. (2002) *Certificação de Cadeia de Custódia*. IMAFLORA [apresentação]
- DONAIRE, D. (2000). "Gestão Ambiental na Empresa" 10-12/05, Curitiba, PR.
- FRERIS, N. LASCHEFSKI(2001). *Seeing the wood from the three*.Vol. 31, nº 6, July/August.
- FUGE, P. (2000). "Compradores de Madeira Certificada no Mercado norte-americano" in *Seminário Internacional sobre Tendências Florestais*, 10-12/05, Curitiba, PR.

- GOW, D. (1992). *Forestry for sustainable development: The social dimension*. Uasyiva, Vol.43, 1992.
- IMAFLOA (2000) Resumo Público da GETHAL AMAZONAS S/A - Relatório finalizado em: Dezembro, 1999 (v. 2.0) / Julho 2000 (v 3.0)
- KIEKENS, J.P. 1995. *Timber Certification: critique*. Uasyiva 183, vol. 46.
- MATERIAIS SOBRE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL: No sistema de Forest Stewardship Council - FSC, 1996.
- NETO, F.C.V. (2001) BARREIRAS À CERTIFICAÇÃO FLORESTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA - A IMPORTÂNCIA DOS CUSTOS - RELATÓRIO FINAL
- MMA (2000) Gestão dos Recursos Naturais: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira / Maria do Carmo de Lima Bezerra e Tania Maria Tonelli Munhoz (coordenação-geral). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio TC/BR/FUNATURA, 2000.
- MMA (1994) – Estratégias de Elaboração e Implementação da Agenda 21 Brasileira.
- SOBRAL, Leonardo et al. *Acertando o Alvo 2: consumo de madeira amazônica e certificação florestal no Estado de São Paulo* - Belém: Imazon, 2002
- VERÍSSIMO, A.; Cochrane, M.; Souza Jr., C. & Salomão, R. 2002. *Conservation Ecology* 6:4. Disponível em: < <http://www.consecol.org/vol6/ss1/art4>.
- VIANA, V. (2000). “O Manejo e a Certificação Florestal” in *Seminário sobre Manejo Florestal: Práticas, Problemas e Perspectivas, Cuiabá, 25/04/2000*.
- VIANA, V. et al (1995). *Certification of Forest Products: Issues and Perspectives*. Island Press, Washington, D.C.

GLOSSARIO

| | |
|---------------|---|
| AIDE | AIDEnvironment |
| AIMEX | Associação dos Exportadores de Madeira de Belém |
| ATPF | Autorização para Transporte de Produtos Florestais |
| CPATU-EMBRAPA | Centro de Estudos Agro-florestais da Amazônia |
| DLH | Dalhoff, Larsen and Horneman S.A. |
| EIA | Environmental Investigation Agency |
| FOE | Friends of the Earth International |
| FSC | Forest Stewardship Council |
| GPI | Greenpeace International |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente |
| IMAZON | Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia |
| INPA | Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia |
| INPE | Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais |
| JUCEA | Junta Comercial do Estado do Amazonas |
| JUCEPA | Junta Comercial do Estado do Pará |
| KLSE | Kuala Lumpur Stock Exchange |
| KLSE-RIS | KLSE-Riiam Information System |
| ONG | Organização Não-Governamental |
| NMMI | Nevada Manhattan Mining Inc |
| PMF | Plano de Manejo Florestal |
| PNG | Papua Nova Guiné |
| RH | Rimbunan Hijau |
| SAE | Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal/Brasil |
| SEC | US Securities and Exchange Commission |
| SECEX | Secretaria de Comércio Exterior |
| CMM | Companhia Madeireira Multinacional |
| TREES | Tropical Ecosystem Environment Observations by Satellites |

| | |
|-----------|---|
| TTJ | Tropical Timber Journal |
| UTAM | Universidade Técnica do Amazonas |
| WRI | World Resources Institute |
| WRM/FM | World Rainforest Movement/Forests Monitor |
| WWF | World Wide Fund for Nature |
| BBFI: | Brazilian Forestry Fund Investments |
| CARS: | Ações Corretivas |
| CCA: | Centro de Ciência do Meio Ambiente |
| CE: | Comunidade Europeu |
| COC: | Cadeia de Custódia |
| FAPEAM: | Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas |
| IMAFLORA: | Instituto de manejo e certificação florestal e agrícola |
| PNUD | Programa das nações unidas |
| RIMA | Relatório de impacto ambiental |

Perguntas aos membros do escritório do setor de floresta:

1. Quais as principais dificuldades encontradas pela empresa em cumprir as condicionantes impostas pela certificação?

R= As questões que envolvem os estudos, são as mais complexas, pois, envolve outros profissionais, que na maioria na região são deficientes, portanto é necessário envolver as parcerias e as respostas seguem um ritmo a longo prazo. As adequações de todo o processo requer um planejamento financeiro e de pessoal, pois precisam ser contratados para os novos setores específicos de acompanhamento. A empresa trabalha com produção, o acompanhamento da certificação abre novas áreas dentro da empresa.

2. Quais as principais mudanças visualizadas depois da adoção à Certificação Florestal para a área gerencial da empresa?

O controle foi mais refinado, todas as fases do processo passaram a ser monitorado com mais confiabilidade, a reposta é mais rápida facilitando os relatórios gerenciais. Na área social, a empresa foi mais divulgada, estando aberta para a sociedade, facilitaram de certa forma as entradas nos setores onde ela se inseriu.

3. Quanto ao programa de treinamento dos públicos envolvidos com o Processo de Certificação observou-se a falta de estratégias de mensuração quanto ao entendimento sobre os objetivos da empresa? O que a empresa tem feito sobre isso?

A empresa possui parcerias com instituições públicas, privadas e Ongs, desse contexto a empresa possibilitou vários cursos para os colaboradores direcionando para as áreas específicas. Treinamento na área operacional, na área gerencial, administrativa, com comunitários. Ao longo do processo, a empresa tenta agendar ao longo do ano as grades conforme as atividades dos colaboradores.

4. Quanto à questão anterior, a empresa acredita que se os agentes envolvidos não internalizarem o sistema de certificação e os objetivos operacionais irá conseguir realizar o processo de madeira satisfatória?

Sim, se os colaboradores não obtiverem as informações de todo o processo de certificação atrelado ao processo produtivo, a empresa não conseguira caminhar os cronogramas operacionais, pois no conceito que a empresa mantém o selo verde, as operações deverão seguir todos os procedimentos aplicados.

5. Quanto à questão levantada pelos certificadores sobre a definição com clareza de como formalizar a cessão para os moradores, constando os procedimentos para as áreas a serem cedidas, o que a empresa fez quanto a isso?

A empresa reconheceu a posse dos moradores, dando-lhe direito de posse nas áreas em questão, documento esse reconhecido em cartório que foi apresentado para a certificadora. Foram inclusive demarcadas as referidas áreas para os moradores.

6. Para a empresa qual o objetivo do Contrato de Comodato? Condiz com o mesmo objetivo da comunidade do entorno?

O comodato é um compartilhamento de áreas, dá ao possessor o direito de uso da área, pois a principal atividade nestas são as coletas de castanhas retiradas de essências florestais, etc... Porém, como somente é utilizada para esses fins, o comodato é o documento ideal, pois os posseiros não fixam residência na área.

7. Segundo os certificadores o Contrato de Comodato apresenta distorções que precisam ser corrigidas como o de não reconhecer o direito de posse e a terceira cláusula a firmar que o morador não tem direito sobre as benfeitorias. O que a empresa tem feito sobre isso?

Essa questão está bem relacionada com a questão n. 05 e 06. A Alternativa além de reconhecer a moradia dos posseiros que estão realmente morando na área, ou seja a mais de 10 anos. É realizar contrato de cessões com as associações dos agricultores, como já foi feito com o CAAM, contrato de uso da área da empresa somente para coleta de castanha com cláusulas específicas para cada uma das partes. Regulamentando desta forma, a organização das pessoas que realmente vai fazer uso dos produtos não madeireiros, deixa ou inibi os oportunistas e atravessadores.

8. Como é a relação da empresa com a comunidade da área em que se extrai a madeira?

Relação positiva aproveita bastante os moradores para trabalho nas operações empregando-os, atendemos quando possível as reivindicações, pois o papel da empresa é operacional, e não assistencialista que fica ao cargo da prefeitura, facilitamos de certa forma a entradas de vários apoiadores, tais como Ong de saúde (HANS) de treinamento (IBENS), Universidades etc..

9. Quanto ao processo de comunicação regular, mesmo tendo alocado um funcionário para servir de mediador, segundo a avaliação dos certificadores a comunicação com a comunidade do entorno ainda apresenta deficiências. O que a empresa tem feito sobre esta situação?

A empresa está criando um departamento específico para essa área de comunicação em parceria com a universidade do Amazonas. Esse departamento está engajado em responder todas as questões dessa área, criando alternativas de comunicação para o estreitamento com a comunidade.

10. Na sua análise crítica, há algum item da Certificação em que a empresa deixa a desejar?

Os moldes iniciais da certificação é baseado numa padronização mundial, a regionalização para cada caso precisa ser mais estudado, existe ações que em certos casos não poderiam ser aplicados, mas, a certificadora é ciente desse assunto, e tenta implementar de certa forma, adequar as condições para cada empresa especificamente, não fugindo do conceito inicial.

Como está o andamento do projeto de processamento dos produtos florestais não madeireiros, desenvolvidos no sentido de minimizar o impacto a comunidade do entorno, quanto a sua essencial fonte de renda?

Foram aplicadas tecnologias de armazenamento das castanhas nas comunidades de entorno da empresa resultado de estudos coma a universidade do Amazonas.

A empresa apoiou a construção de paiol nas várias comunidades da região diminuindo as taxas de toxinas (Aflotoxina), esse índice baixo caracteriza a pureza do produto castanha, o resultado dessa atividade colocou Manicoré como exemplo de coleta e armazenamento gerando assim, uma grande demanda de compradores dos produtos de Manicoré.

O Governo do Amazonas juntamente com a Agencia de Floresta, acreditando no resultado desse trabalho, está apoiando na construção de uma fábrica beneficiadora de castanha no município que atenderá todas as comunidades de Manicoré e Circunvizinhas. Esse é o grande exemplo da parceria da Gethal em todo o processo de coleta de castanha em Manicoré.

11. O que representa o Pró-Natura? Como estão as ações da empresa quanto ao Pró-Natura?

O pronatura foi uma ong consultada para realizar um trabalho específico na área da social, levantamento socioeconômica das comunidades. Deu o ponta pé inicial dos estudos que foram complementados com outros posteriormente